

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)**

CRISTINA ARAÚJO DE FARIAS

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO APOSTO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E EM ARTIGOS CIENTÍFICOS**

**MARINGÁ - PR
2011**

CRISTINA ARAÚJO DE FARIAS

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO APOSTO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E EM ARTIGOS CIENTÍFICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora:
Prof. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze

**MARINGÁ - PR
2011**

CRISTINA ARAÚJO DE FARIAS

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO APOSTO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E EM ARTIGOS CIENTÍFICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora:
Prof. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cristina Jaeger Hintze
Presidente da Banca – Orientadora (UEM)

Profa. Dra. Neiva Maria Jung
Membro do corpo docente (UEM)

Profa. Dra. Márcia Sipavisius Seide
Membro convidado (UNIOESTE)

DEDICO ESTE TRABALHO

Ao amado João Carlos, por dividir comigo a importância do conhecimento e pelo incentivo e apoio, ainda que silencioso, por meio da mão no ombro, do abraço, do olhar e pela compreensão nas horas em que estive ausente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me mostrou o caminho a ser seguido e as pessoas com as quais deveria buscar uma palavra nos momentos mais difíceis e por me dar forças para realizar este trabalho;

Ao João Carlos, meu marido, namorado, amigo, companheiro;

Aos meus pais, Heleno e Beatriz;

Aos meus irmãos, Eduardo, Andréia e Alexandre;

À Profa. Ana Cristina, por despertar a apreciação da Linguística, pela orientação deste trabalho e pelo compromisso que tem com as pessoas e o conhecimento;

À professora convidada para a participação na Banca Examinadora, Profa. Dra. Neiva Jung, pelas contribuições ao trabalho;

À professora convidada para a participação na Banca Examinadora, Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide, pelas contribuições ao trabalho;

À amiga Bianca, pelas discussões que contribuíram para minha dissertação, por estar sempre disposta a ajudar, especialmente quando estive longe, e pelas boas risadas nos intervalos das aulas.

Dizemos

Dizemos aos confusos, Conhece-te a ti mesmo, como se conhecer-se a si mesmo não fosse a quinta e mais difícil operação das aritméticas humanas, dizemos aos abúlicos, Querer é poder, como se as realidades bestiais do mundo não se divertissem a inverter todos os dias a posição relativa dos verbos, dizemos aos indecisos, Começar pelo princípio, como se esse princípio fosse a ponta sempre visível de um fio mal enrolado que bastasse puxar e ir puxando até chegarmos à outra ponta, a do fim, e como se, entre a primeira e a segunda, tivéssemos tido nas mãos uma linha lisa e contínua em que não havia sido preciso desfazer nós nem desenredar emaranhados, coisa impossível de acontecer na vida dos romances, e, se uma outra frase de efeito é permitida, nos romances da vida.

José Saramago

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar o uso do aposto, como sintagma nominal, e qual sua função nos textos dos gêneros artigo científico e popularização da ciência. Para tanto, foi utilizada a abordagem Funcionalista, que estuda as expressões linguísticas não isoladamente, mas segundo os propósitos que exercem nos textos. Dessa maneira, o aposto é visto com funções textuais discursivas, diferentemente da visão das gramáticas tradicionais, que definem o aposto como um termo acessório, ou seja, dispensável para o entendimento da mensagem. O *corpus* de pesquisa é constituído por textos dos gêneros artigo científico e popularização da ciência. Os primeiros foram retirados de periódicos das Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade de Campinas – Unicamp e Universidade de São Paulo – USP, e os segundos foram retirados dos jornais publicados pelas mesmas instituições. Após a seleção dos textos, foi realizada a análise quantitativa, em que foram destacadas as construções apositivas. Em seguida, o contexto de ocorrência, ou seja, o período em que se encontrava o aposto, foi copiado para a tabela de análise, onde encontravam-se os parâmetros de análise: classificação do fundamental, posição do aposto na oração, pontuação, conectivo que antecede o aposto, relação textual-semântica e relação textual-discursiva. Verificou-se por meio da análise qualitativa que o aposto, sob o enfoque funcionalista, possui funções textuais discursivas, pois é um auxiliar da referenciação, processo em que por meio da reconstrução dos objetos-de-mundo em objetos-de-discurso no ato comunicativo, demonstra que não existe relação direta entre as palavras e as coisas do mundo. No caso do aposto, essa reconstrução atua como uma embalagem que se coloca em um termo, para que a percepção de quem recebe a mensagem seja a mesma de quem a produziu. A estratégia de argumentação está intrinsecamente relacionada à estratégia de referenciação, pois conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a seleção dos dados já indica a intenção argumentativa, cuja característica é ser tendenciosa. Fazer quem recebe a mensagem a ter o mesmo enfoque de quem produziu a mensagem é uma forma de não permitir entendimento diferente daquele que se pretende ter.

Palavras-chave: aposto; multifuncionalidade; Funcionalismo; artigos científicos; textos de popularização da ciência.

ABSTRACT

The objective of this research is to examine the use of the bet, as noun phrase, and what is its function in the texts of scientific articles and journalist texts of scientific popularization. To this, we used the functional approach, which studies the linguistic expressions not separately, but according to the purposes that carry the texts. Thus, the bet is seen as discursive textual functions, unlike the traditional view of grammars, which define the term bet as an accessory, or unnecessary to understanding the message. The corpus consists of texts of scientific articles genres and journalistic texts of science popularization. The former were taken from journals of the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ, University of Campinas - UNICAMP and University of Sao Paulo - USP, and the latter were taken from newspapers published by the same institutions. After the selection of texts, we performed a quantitative analysis, which were highlighted in appositional constructions. The context of occurrence, the period in which the bet was, was copied to the analysis table, where were the parameters of analysis: classification of the fundamental bet in prayer position, score, prior to the connective I bet, for textual and semantic-textual-discursive function. It was found through qualitative analysis that affixed under the functionalist approach, features textual discourse, it is an aid to referral, a process that by reconstructing the objects-of-world in objects-of-speech in the act communicative, demonstrates that there is no direct relationship between words and things in the world. In the case of the bet, this reconstruction serves as a container that is placed on a term for the perception of who receives the message is the same man who has produced. The strategy of argument is closely related to the referral strategy, as Perelman and Olbrechts-Tyteca (1996) the selection of words already indicates the intention of argument, whose character is being biased. Make the person receiving the message have the same approach to who produced it is a way of not allowing different understanding of him that want to have.

Keywords: bet, multifunctionality, and Functionalism; scientific articles, journalist texts of scientific popularization.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Relação lógico-semântica segundo a <i>Gramática Funcional</i> de Halliday (1985)	23
Tabela 2: Textos que compõem o <i>corpus</i> de pesquisa – UFRJ	40
Tabela 3: Textos que compõem o <i>corpus</i> de pesquisa – USP	40
Tabela 4: Textos que compõem o <i>corpus</i> de pesquisa – UNICAMP	40
Tabela 5: Parâmetros de Análise – Nogueira (1999)	47
Gráfico 1: Total de ocorrências – Jornais e periódicos	48
Tabela 6: Posição do aposto na oração – Jornais	49
Tabela 7: Posição do aposto na oração – Periódicos	50
Gráfico 2: Posição do aposto na oração – jornais e periódicos	52
Tabela 8: Classificação do termo fundamental – Jornais	52
Tabela 9: Classificação do termo fundamental – Periódicos	55
Gráfico 3: Classificação do termo fundamental – jornais e periódicos	56
Tabela 10: Pausa entre o fundamental e o aposto – Jornais	57
Tabela 11: Pausa entre o fundamental e o aposto – Periódicos	60
Gráfico 4: Pausa entre o fundamental e o aposto – jornais e periódicos	62
Tabela 12: Conectivo que antecede o aposto – Jornais	63
Tabela 13: Conectivo que antecede o aposto – Periódicos	65
Gráfico 5: Conectivo que antecede o aposto – jornais e periódicos	68
Tabela 14: Relação textual-semântica – Jornais	69
Tabela 15: Relação textual-semântica – Periódicos	70
Gráfico 6: Relação textual-semântica – jornais e periódicos	71
Tabela 16: Relação textual-discursiva – Jornais	72
Tabela 17: Relação textual-discursiva – Periódicos	75
Gráfico 7: Função textual-discursiva – jornais e periódicos	78

LISTA DE ABREVIATURAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

UFRJ – jornal 1: RICARDO, Rodrigo. Desafios à educação. Ed. 41, jan.fev.2009, p. 6-7.

UFRJ – jornal 2: CASTILHO, Márcio. A palavra entre o impresso e o digital. Ano 4, nº 43, ab.2009, p. 22-23.

UFRJ – jornal 3: CASTILHO, Márcio. A indústria fonográfica em tempos digitais. Ano 4, nº 46, ag.2009, p. 24-25.

UFRJ – jornal 4: BALDEZ, Corintho. Império dos sentidos nas artes. Ano 4, n. 43, ab.2009, p. 24.

UFRJ – jornal 5: RICARDO, Rodrigo. Era uma vez..., set.2008, p. 28.

UFRJ – periódico 1: GOUVÊA, Fernando. “Dr. Anísio, ele pensava e executava”: a trajetória de Anísio Teixeira no campo da formação de professores no Brasil (1924-1950). *Revista Contemporânea de Educação, Faculdade de Educação da UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. -agosto/dezembro 2009.

UFRJ – periódico 2: MACHADO, Elias. Sistemas de Circulação no Ciberjornalismo. *ECO-PÓS*, v.11, n.2, agosto-dezembro 2008, pp.21-37 (21).

UFRJ – periódico 3: VOUGA, André. A virtualização dos meios de comunicação diante da problematização da propriedade Intelectual. *ECO-PÓS*, v.11, n.1, janeiro-julho 2008, p.199-214.

UFRJ – periódico 4: SANT’ANNA, Sabrina. “Pecados de Heresia”: Trajetória do concretismo carioca. *Jornada de Pesquisadores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio de Janeiro: 2004.

UFRJ – periódico 5: SANTOS, Leonor Werneck dos. Leitura na escola e formação do leitor. *IV Encontro de Literatura Infantil e Juvenil 2005*, Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, v. 1., p. 1923.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

USP – jornal 1: ROLLEMBERG, Marcello. Rebeldes com causa. *Jornal da USP*, Ano XXIII, n. 834, de 23 a 29 de junho de 2008.

USP – jornal 2: TALAMONE, Rosemeire Soares. Formação prejudicada. *Jornal da USP*, ANO XXIV, n. 848, 13 a 20 de outubro de 2008.

USP – jornal 3: LEÃO, Izabel. O ano da liberdade e da repressão. Ano XXIV n.845 de 22 a 28 de setembro de 2008.

USP – jornal 4: OKITA, Naila. Confissões de jovens mães. Ano XXIII n.839 de 11 a 17 de agosto de 2008.

USP – jornal 5: Medo e agressão sob o mesmo teto . Ano XXIII n. 840 de 18 a 24 de agosto de 2008.

USP – periódico 1: MATHEUS, Tiago Corbisier. O discurso adolescente numa sociedade na virada do século. *Psicol. USP*, vol.14, n.1, São Paulo: 2003.

USP – periódico 2: KASSOUF, Ana Lúcia. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, USP.

USP – periódico 3: GOMES, Mayra Rodrigues. Palavras Proibidas. Conclusões de um Estudo sobre Expressões Censuradas em Peças Teatrais. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo. *Media & Jornalismo*, (12) 2008, pp. 19-26.

USP – periódico 4: MOREIRA, Thereza Maria Magalhães et all. Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Rev. esc. enferm. USP*, v.42, n.2, São Paulo, jun.2008.

USP – periódico 5: BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. Estudos Avançados. vol.17, n.49, São Paulo, set./dez.2003.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS – Unicamp

UNICAMP – jornal 1: GALLO NETTO, Carmo. Campinas, As causas e as consequências do *bullying*. ANO XXIII, nº 431, 1 a 14 de junho de 2009 , p. 11.

UNICAMP – jornal 2: SUGIMOTO, Luiz. O mosaico do desemprego. Ano XXIII, nº 433, Campinas, 22 a 28 de junho de 2009, p.10.

UNICAMP – jornal 3: NASCIMENTO, Paulo Cesar. O brasileiro acha justo o seu salário? Ano XXIII, nº 418, Campinas, 1º a 14 de dezembro de 2008.

UNICAMP – jornal 4: ALVES FILHO, Manuel. As velhas práticas de um capitalismo ainda no berço. Ano XXIII, nº 413, Campinas, 13 a 19 de outubro de 2008.

UNICAMP – jornal 5: ALVES FILHO, Manuel. Estudo aponta despreparo de professores de Ciências em aulas de educação sexual. Ano XXIII, nº 430. Campinas, 25 a 31 de maio de 2009.

UNICAMP – periódico 1: LUCHESI, Felipe del Mando; CARAMASCHI, Sandro. Compleições físicas e estereótipos: perspectivas de graduandos de Educação física Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 7, n. 3, p. 44-58, set./dez. 2009.

UNICAMP – periódico 2: *TABELAS*, Waldir. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

UNICAMP – periódico 3: VAZ, Daniela Verzola; HOFFMAN, Rodolfo. Remuneração nos serviços no Brasil: o contraste entre funcionários públicos e privados. *Econ. soc.* vol.16 no.2 Campinas Aug. 2007.

UNICAMP – periódico 4: SAES, Alexandre Macchione. Modernização e concentração do transporte urbano em Salvador (1849-1930). *Revista Brasileira de História*, vol.27, n.54, São Paulo. dez./2007.

UNICAMP – periódico 5: OLIVEIRA, Maria Waldenez de. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. *Caderno CEDES*, vol. 19, n. 45, Campinas, Jul.1998.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	17
1.1 A visão funcionalista da linguagem	17
1.1.1 A gramática funcional de Halliday	21
1.2 A referência e a referenciação	23
CAPÍTULO II – O APOSTO	28
2.1 O sintagma nominal	28
2.2 A visão tradicional	29
2.3 A visão da gramática funcional	33
2.4 As construções apositivas e a referenciação	35
2.5 As construções apositivas e a argumentação	36
CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.1 Constituição, descrição e caracterização do <i>corpus</i>	39
3.2 Procedimentos de análise do <i>corpus</i>	44
3.2.1 Parâmetros de análise	44
CAPÍTULO IV – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO	48
4.1 Análise quantitativa e qualitativa dos dados	48
4.2 Perfil do aposto em jornais e periódicos	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

As gramáticas tradicionais dispensam um pequeno espaço para o tema *aposto*, o qual recebe a mesma atenção nos livros didáticos e em apostilas de instituições particulares. Essa situação acontece, provavelmente, por ser classificado como termo acessório na oração, ou seja, sua presença é dispensável para o entendimento da mensagem e, supostamente, não tem muita utilidade para a produção de textos.

A definição comum dada ao aposto, pelos manuais gramaticais, fixa-o como um termo de valor nominal que identifica, explica, desenvolve ou resume outro termo de mesmo valor. Entre o aposto e o termo ao qual ele se refere, denominado termo fundamental, pode ou não haver pausa, algum sinal de pontuação (MELO, 1970; RIBEIRO 1955; KURY, 1972; NICOLA e INFANTE, 1997; BECHARA, 2009).

Alguns estudos, como em Nogueira (1999), mostram que o aposto pode assumir funções textual-discursivas e, por esse motivo, seu papel relevante no entendimento da mensagem o texto. Esta pesquisa procura adotar essa mesma visão, e, para comprovar a multifuncionalidade do aposto, este trabalho seguirá os pressupostos teóricos do Funcionalismo, que considera que há uma relação entre a estrutura da língua e os contextos comunicativos em que ela é utilizada (CUNHA, 2009), ou seja, estuda-se a linguagem, considerando a interação social entre os indivíduos. As expressões linguísticas não são estudadas isoladamente, mas segundo os propósitos que exercem nos textos. Nesse sentido, se o aposto é utilizado com regularidade nos textos, indica que deve haver uma função especial para a comunicação.

Sem obliterar a definição das gramáticas tradicionais, a construção apositiva caracteriza-se por utilizar duas formas diferentes para ideias equivalentes. Por meio dessas características o aposto pode ser um recurso de referência, uma atividade do discurso que opera um deslizamento em relação à referência, constituindo-se em um processo de (re)construção do real por meio de *objetos-de-discurso* no texto (KOCH, 2005).

Os *objetos-de-discurso*, então, são produzidos, desenvolvidos, delimitados e transformados *no* e *pelo* discurso. São entidades pelas quais os sujeitos compreendem o mundo e são produzidas e reconstruídas no ato comunicativo,

segundo a intenção de quem o produz. Não preexistem à comunicação e são produto das experiências de mundo e das atividades cognitivas.

Como um termo de valor nominal, o aposto atua como rótulo atribuído ao termo fundamental e, dessa forma, auxilia a coesão textual e na ativação de aspectos cognitivos do termo ao qual se refere.

Exerce, ao mesmo tempo, uma função argumentativa, pois quem produz a mensagem escolhe o foco que deve ser dado a determinado termo. Ao serem escolhidos os enfoques, vai sendo traçado um caminho argumentativo que deve ser seguido por quem recebe a mensagem.

Assim, a opção pelo modelo funcionalista justifica-se pelo objeto de pesquisa deste trabalho, ou seja, o aposto, grosso modo, considerado como um termo acessório na oração, mas utilizado com frequência nos gêneros textuais que compõem o *corpus* de pesquisa. Se é utilizado com frequência, então o aposto é considerado uma ferramenta que auxilia no cumprimento dos objetivos pretendidos pelo autor do texto. O aposto agiria como um “guia didático” para o leitor e objetiva precisar e de certa forma “focalizar” os efeitos de sentido pretendidos pelo produtor.

O objetivo deste trabalho é verificar o uso do aposto, como sintagma nominal e não como oração, e qual sua função nos textos dos gêneros artigo científico e textos jornalísticos de divulgação científica. Como pesquisa da área da Descrição Linguística, deve se interessar pela frequência com que o aposto aparece no *corpus* e investigar para quê essas estruturas são usadas nesses textos. As leituras referentes à linguística textual, subsidiarão alguns tópicos referentes à coesão textual, embora não sejam o suporte teórico principal desta pesquisa.

O interesse é verificar como o aposto se apresenta em cada um desses contextos e analisar a funcionalidade dele em cada um. Tem-se por hipótese que a pressão do gênero colabora para o emprego de algumas subcategorias de aposto utilizado.

Diante do *corpus* escolhido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) levantar o número de ocorrências de apostos presentes nos textos do *corpus* de pesquisa e analisar cada emprego, considerando os critérios de análise;
- b) construir tabelas e gráficos que demonstrem a análise quantitativa;
- c) relacionar os dados obtidos com a finalidade de verificar a funcionalidade do aposto em cada gênero e delinear o perfil de aposto utilizado em cada contexto;

- d) demonstrar, por meio das análises e de exemplos, como o aposto exerce uma estratégia de referenciação;
- e) demonstrar como as construções apositivas podem constituir-se como forma de argumentação.

O *corpus* de pesquisa é composto por textos dos gêneros artigos científicos e textos jornalísticos de divulgação científica. Os primeiros foram retirados de periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, da Universidade de Campinas – Unicamp e da Universidade de São Paulo – USP, e os segundos foram retirados dos jornais publicados pelas mesmas instituições, dirigidos à comunidade em geral.

A metodologia do trabalho previu, inicialmente, a escolha dos textos, nos quais cada gênero deveria tratar do mesmo assunto. Em seguida, todos os textos foram analisados e as ocorrências de aposto destacadas. O contexto dessas ocorrências, ou seja, os períodos em que se encontravam, foram, em seguida, copiados para uma tabela de análise, que continha os parâmetros de análise: classificação do fundamental, posição do aposto na oração, pontuação, conectivo que antecede o aposto, relação textual-semântica e função textual-discursiva. Nessa tabela, foi realizado o levantamento de dados e, após, foi realizada a análise qualitativa.

Estruturalmente o trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, há a caracterização do Funcionalismo, enfocando os aspectos que mais interessam para este trabalho, como o objetivo de uma pesquisa funcionalista, a noção de função, o estatuto informacional e a Gramática Funcional de Halliday. Além disso, foi discutido a respeito de referência e referenciação.

No segundo capítulo, foi estudado o conceito de sintagma nominal, demonstrando suas principais características. Além disso, foi realizado um levantamento a respeito do aposto nas gramáticas tradicionais e discutido como o aposto pode ser visto sob a perspectiva funcional e a função do aposto como elemento argumentativo

No terceiro capítulo, foram descritos os procedimentos de levantamento dos textos que pertencem ao *corpus* e a definição dos gêneros dos textos que o compõem. Além disso, foi explicado quais são os procedimentos de análise e, por fim, os parâmetros de análise: classificação do fundamental, posição do aposto na

oração, pontuação, conectivo que antecede o aposto, relação textual-semântica e função textual-discursiva.

O quarto capítulo compõe-se da análise e discussão dos dados. Demonstrou-se por meio de tabelas e gráficos os resultados obtidos com a análise quantitativa e a análise qualitativa, por meio da discussão sobre a função que o aposto exerce em cada um dos gêneros, relacionando com os demais temas tratados nesta dissertação, como a referenciação e a argumentação. Por fim, foi traçado o perfil do aposto utilizado nos textos de cada um dos gêneros em cada uma das instituições.

Espera-se, com a presente pesquisa, contribuir para uma reavaliação do tema em foco, comprovando que o aposto é uma ferramenta da linguagem, utilizada com funções discursivas e argumentativas.

CAPÍTULO I

1.1 A visão funcionalista da linguagem

Para fundamentar este trabalho, escolheu-se a abordagem funcionalista, que assim como a maior parte das teorias, possui peculiaridades que a dividem em diferentes fases e modelos.

No Funcionalismo, a característica comum entre as várias escolas é o fato de haver uma relação entre a estrutura da língua e os contextos comunicativos em que ela é utilizada (CUNHA, 2009), ou seja, estuda-se a linguagem, considerando a interação social entre os indivíduos.

Conforme citou Gouveia (2009), Halliday (1978, p. 52) trata a respeito disso com a seguinte observação:

Como podemos tentar compreender a língua em uso? Olhando para o que o falante diz na relação com o que poderia ter dito, mas não disse, como uma actualização na envolvimento de um potencial. Daí a envolvimento ser definida paradigmaticamente: usar a língua significa fazer escolhas na envolvimento de outras escolhas.

Por considerar os contextos comunicativos, pode-se acreditar, inicialmente, que não há preocupação com levantamento de dados para a comprovação de hipóteses. Uma abordagem funcionalista, entretanto, procura explicar “regularidades observadas no uso da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (NEVES, 2004, p. 22; CUNHA, 2009, p. 157).

A abordagem trabalha, dessa forma, com dados reais de fala ou de escrita concebendo a linguagem como um instrumento de comunicação e de interação social, realizando o estudo *no* discurso e não *do* discurso (PEZATTI, 2007). Conforme Antonio (2009), em uma pesquisa funcionalista, as expressões linguísticas não são estudadas isoladamente, mas segundo os propósitos que exercem no texto, que é considerado a unidade fundamental de estudo, uma vez que é a unidade de comunicação em qualquer evento discursivo e a forma linguística de interação social (GOUVEIA, 2009).

Para o Funcionalismo, segundo Halliday (1989 *apud* MOTTA-ROTH e HEBERLE, 2005) texto é a “instância de uso da linguagem viva que está desempenhando um papel em um contexto da situação”.

Pezatti (2007, p. 168) corrobora as afirmações acima e afirma que na abordagem em questão “a linguagem é vista como uma ferramenta cuja forma se adapta às funções que exerce e, desse modo, ela pode ser explicada somente com base nessas funções, que são, em última análise, comunicativas”.

Cabe mencionar, também, na teoria em questão o produtor do texto não cria suas próprias regras, mas utiliza o que há disponível na língua para atingir seus objetivos comunicativos com maior sucesso. A língua serve às necessidades sociais e pessoais e o uso é marca fundamental de caracterização de uma língua (GOUVEIA, 2009, p. 15).

Dessa forma, a teoria funcionalista é apropriada a esta pesquisa, uma vez que estuda o aposto como um recurso linguístico multifuncional. Apesar de ele ser considerado pelas gramáticas tradicionais um termo acessório na oração, verifica-se que nos textos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa o aposto é utilizado com frequência. Se há regularidade em seu uso, então há propósitos em sua utilização; no caso desta pesquisa, o aposto agiria como um “guia didático” para o leitor e objetivaria precisar e, de certa, forma “focalizar” os efeitos de sentido pretendidos pelo produtor.

Considerando as informações iniciais sobre o Funcionalismo, uma gramática funcional, conforme descreve Neves (2004), procura integrar a perspectiva da organização gramatical com a de interação social. Nessa gramática, realiza-se, acima de tudo, a interpretação dos textos, considerados unidades de uso. Parte da análise, porém, volta-se à interpretação dos componentes da estrutura da língua e à interpretação do sistema (NEVES, 2006, p. 26).

Levando em consideração que a abordagem funcionalista baseia-se no uso, o princípio da multifuncionalidade é chave para uma orientação funcional da linguagem. Os membros da Escola de Praga, aos quais são atribuídas as primeiras análises na linha funcionalista (CUNHA, 2009, p. 159), já enfatizavam que uma investigação multifuncional, prevê, de acordo com Neves (2000, p. 15):

- “a) a verificação do cumprimento de diferentes funções da linguagem;
- b) a verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidades”.

Não surpreende, nesses termos, que para os funcionalistas a língua não seja absolutamente isenta de forças externas e a gramática seja vista como parcialmente autônoma e como um organismo maleável, que se adapta às necessidades de comunicação e cognição dos falantes. Isso significa que as regras da gramática podem sofrer pressão externa e, conseqüentemente, serem modificadas pelo uso. Ainda de acordo com Neves (2004, p. 15),

por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões de uso.

Sendo assim, as características que orientam pontos em comum do pensamento do funcionalismo podem ser, resumidamente, as duas propostas básicas do modelo funcionalista de análise linguística apresentadas por Cunha (2009, p. 158), quais sejam:

- “a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si;
- b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico”.

Reconhecer, como fazem os funcionalistas, que existem motivações externas à gramática, significa admitir que se deva levar em conta o componente pragmático. Por pragmática, pode-se considerar, inicialmente, que o usuário da língua tem uma intenção ao produzir um texto, seja oral ou escrito. Nesse texto, as expressões linguísticas não são objetos isolados, mas fazem parte de estratégias utilizadas pelo falante para cumprir seu objetivo na comunicação. Esse processo de interação verbal é guiado por regras, nem sempre muito explícitas, tais como: a quantidade de informação do falante e do ouvinte e as informações prévias e suficientes para a compreensão de ambos. Esse conjunto de regras e as características culturais de um determinado contexto fazem parte da questão pragmática.

Jan Firbas (1974 *apud* PEZATTI, 2007) desenvolveu, no começo da década de 1960, um modelo da estrutura informacional da sentença que buscava analisar sentenças efetivamente enunciadas para determinar sua função comunicativa. Nesse modelo, de acordo com as exigências do contexto, as unidades lexicais adquirem significados específicos, e a sentença, que gramaticamente consiste de sujeito e predicado, divide-se em *tema* e *rema*. A parte da sentença denominada

tema é a que representa informação dada, ou já conhecida pelo ouvinte ou, ainda, é recuperável pelo contexto. Tem o menor grau de dinamismo comunicativo, ou seja, a quantidade de informação que ela comunica aos interlocutores no contexto é a menor possível. Além disso, é onde são colocadas informações cuja função é fazer a ligação que está sendo criada ou estabelecer um contexto para a compreensão do que vem a seguir na oração.

O *rema* é a parte que, geralmente, contém a informação nova, ou seja, aquela que o ouvinte desconhece e que corresponde ao conteúdo que o produtor da mensagem deseja que o interlocutor passe a conhecer. É, também, onde são desenvolvidas as ideias que estão sendo veiculadas pelo tema e apresenta o grau máximo de dinamismo comunicativo.

A tendência geral é que as partes que contêm o menor grau de dinamismo comunicativo tendem a vir no início da sentença, enquanto as partes com o grau mais alto vêm por último (CUNHA, p. 161).

Esses temas estão relacionados ao princípio da informatividade que focaliza o conhecimento que os interlocutores compartilham, na interação verbal. Chafe (1976 *apud* PEZATTI, 2007, p. 181) considera que a língua funciona apenas se o falante leva em conta o que está na mente da pessoa com quem está falando. A mensagem só é realmente assimilada pelo ouvinte se o falante ajustar o que diz ao que assume que o ouvinte está pensando naquele momento. Chafe preocupa-se, assim, com o modo como o falante acomoda sua fala aos estados mentais do ouvinte; preocupa-se, em outros termos, com o empacotamento da mensagem.

Assim, *dado* ou *informação velha* é, segundo Chafe, o conhecimento que o falante assume estar na consciência do ouvinte no momento da enunciação. *Novo* ou *informação nova* é a informação que o falante acredita estar introduzindo na consciência do ouvinte com o que diz.

Segundo Ventura e Lima-Lopes (2002) por meio da análise temática de um texto é possível perceber a natureza de sua textura e compreender como o escritor deixou claro para o leitor sua preocupação com a organização da mensagem e sua ênfase informacional.

Como foi visto, há características comuns que identificam o funcionalismo. Há, por outro lado e como já mencionado, alguns pontos de vista que causam divergências de definição, como a ideia de *função*. Neves (2004) expõe algumas definições ou tentativas de definição desse termo, como a apresentada por Martinet,

para quem *função* pode ser definida como o valor de “papel” ou de “utilidade de um objeto ou de um comportamento”; o valor de “papel de uma palavra em uma oração” sem desconsiderar o contexto.

Para Dillinger (1991 *apud* NEVES, 2004, p. 6) o termo *função*, no estudo de línguas, é usado no sentido de relação: entre uma forma e outra; entre uma forma e seu significado; e entre o sistema de forma e seu contexto. Anscombre e Zaccaria (1990 *apud* NEVES, 2004, p. 7) afirmam que na Escola de Praga a “função de uma entidade linguística é constituída pelo papel que desempenha no processo comunicativo, afirmação baseada na concepção da língua como ‘código’”.

Para Halliday (1973 *apud* NEVES, 2004, p. 8) a noção de função refere-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a algum tipo de demanda. Por fim, Neves (2006, p. 17) entende que função não é apenas uma entidade sintática, mas a união do estrutural (sistêmico) com o funcional.

Constata-se por essas divergências de definição do termo *função* uma justificativa para a afirmativa inicial desse capítulo, de que o funcionalismo é dividido em diferentes modelos devido a alguns enfoques na forma de estudo, mas segue um ponto comum de pensamento. Para este trabalho, interessa estudar mais atentamente os trabalhos do funcionalista Michael Halliday (1985), os quais serão desenvolvidos na próxima seção.

1.1.1 A gramática funcional de Halliday

A Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday (1985) tem orientação textual e, segundo o próprio linguista, foi construída para analisar textos, sem, entretanto, desconsiderar os elementos gramaticais. Halliday estabelece o texto como unidade maior de funcionamento da língua, mas no nível da organização das formas dos eventos discursivos ele usa a cláusula como unidade de descrição (HALLIDAY, 1985, p. 53).

Segundo Antonio (2009), essa gramática é sistêmica porque concebe a língua como uma rede interligada de opções para o produtor do texto, permitindo a ele fazer escolhas conscientes ou inconscientes; e é funcional, porque estuda a língua em uso, considerando o papel de cada elemento linguístico no texto.

De acordo com Neves (2006), Halliday fixa-se na noção de função vendo-a como “o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo aos muitos e variados tipos universais de demanda” (p. 18).

Conforme dito, Halliday (1985) considera o texto como a maior unidade de funcionamento da língua, mas em sua Gramática Sistemico-Funcional, o autor estuda a “cláusula complexa” sob dois aspectos: o tipo de interdependência e a relação lógico-semântica.

A respeito do primeiro aspecto, são estudadas as relação de *hipotaxe* e *parataxe*, que se caracterizam pela capacidade de “colocar em ordem” ou estabelecer relações entre cláusulas ou elementos de ordens diferentes. Na *hipotaxe*, há relação entre elementos de diferente estatuto e dentro dela estão as orações adverbiais e adjetivas explicativas. Na segunda, ocorre a relação entre elementos de igual estatuto, ou seja, há um elemento iniciador e um continuador. Nesse grupo, encontram-se as orações coordenadas e o objeto de estudo desta dissertação, as construções apositivas.

Ao considerar a relação lógico-semântica, Halliday (1985) refere-se à relação entre os processos, desvinculada do modo de organização e de estruturação do enunciado, correspondente ao papel semântico-funcional; propõe, a partir disso, a possibilidade de dois tipos de relações: a *expansão* e a *projeção*. Na primeira, uma cláusula secundária expande uma primária por uma elaboração, extensão ou encaixe. Na *projeção*, uma cláusula secundária é projetada por meio de uma cláusula primária que a apresenta como uma locução, como uma ideia ou como um fato. É, de acordo com Halliday (1985), a “relação lógico-semântica entre orações que tem como função não uma representação direta da experiência (não-linguística), mas a representação de uma representação (linguística)” (p. 250).

Tabela 1: Relação lógico-semântica segundo a *Gramática Funcional* de Halliday (1985)

E X P A N S Ã O	ELABORAÇÃO (=)	quando um elemento expande outro, reformulando-o, especificando-o em mais detalhes ou exemplificando-o.
	EXTENSÃO (+)	quando se acrescenta algum elemento novo, uma exceção ou uma alternativa.
	REALCE (X)	Ou encarecimento que apresenta um traço circunstancial relativo a tempo, lugar, modo.
P R O J E Ç Ã O	LOCUÇÃO	“Dupla citação”(dizer) – uma cláusula é projetada por meio de outra, que se apresenta como uma locução, uma construção.
	IDEIA	Uma cláusula é projetada através de outra, que se apresenta como uma ideia.

As construções apositivas, então, segundo Halliday (1985), são um caso de *parataxe*, pois se trata de um caso em que há relação entre elementos de igual estatuto e, segundo a relação lógico-semântica, é uma *expansão por elaboração*, quando um elemento expande outro, reformulando-o, especificando-o em mais detalhes ou exemplificando-o.

1.2 A Referência e a referenciação

Ao analisar o aposto como recurso linguístico que coopera para o cumprimento dos propósitos comunicativos do autor em um texto, verifica-se que esse recurso gramatical configura-se como uma forma de referenciação. Nesta seção, o propósito é discutir a respeito desse tema, refletindo sobre sua atuação no campo da linguística funcional e não somente da linguística textual, reflexão já feita em Neves (2006).

Para compreender melhor do que trata a referenciação, é importante, inicialmente, refletir a respeito da relação entre a linguagem e a realidade, motivo de discussão há muito pela Linguística Moderna. Essas discussões referentes às palavras e o que e como elas representam o referente sofreu deslocamentos durante muito tempo. Desde a Antiguidade especula-se essa relação e Fiorin (2003) lembra que Platão, em sua obra *Crátilo*, considera que o significante é unido ao

significado por natureza, ideia essa que é diferente da de Hermógenes e Sócrates que afirmam ser essa relação por convenção.

Segundo Cardoso (2003), referência é “a relação entre a linguagem (um dizer) e uma exterioridade (um não dizer), relação necessária para que a linguagem tenha o seu valor e não se encerre em si própria” (p. 01). Em sua obra, a autora discute não só essa visão clássica de *referência*, mas, também, como a Linguística a tem pensado. Inicia a discussão sobre o tema pelo século XVII, quando é sustentado pelo paradigma de que um “elemento significante (palavra) somente se torna signo sob a condição de manifestar a relação que o liga àquilo que significa, ou seja, a um elemento significado” (*op. cit.*, p. 10).

Cardoso (2003) também destaca a *Gramática de Port-Royal*, originária daquele mesmo século, que é sustentada por uma teoria da referência em que a base da linguagem é os signos e que é utilizada por muitos estudos realizados sobre a linguagem. O princípio defendido pelos gregos, desde Platão, de que a *linguagem é representação do pensamento* é a base da *Gramática de Port-Royal* e, também, de todas as categorias que constituem a gramática geral das línguas ou as gramáticas particulares.

Segundo Cardoso (2003), no início do século XX, Saussure faz sua reflexão sobre a Linguística, mas não rompe de todo com *Port-Royal*. Ainda segundo a autora, defender que Saussure tenha deixado totalmente de lado a referência é um posicionamento radical. Esse linguista nunca se sentiu muito à vontade com o termo *signo* e quando ele pretendeu excluir o referente do signo, foi pelo fato de ter-se “perdido o momento contratual e histórico de nomeação desses referentes e já receber a língua pronta (...). Daí o significante ‘representar’ uma idéia, ‘designar’ um significado, que é o que conta para a ‘consciência coletiva’” (CARDOSO, 2003, p. 16). O que se verifica é que Saussure considerava que o momento da nomeação era importante para estudar completamente o signo linguístico. Uma vez que esse momento estava distante, o signo poderia adquirir novos significados.

Como resposta aos trabalhos de Saussure, no que diz respeito somente à referência, em 1928, reuniram-se para o congresso de Haia os integrantes do Círculo Linguístico de Praga. Para eles, a questão da referência ficou, inicialmente, em segundo plano, pois o interesse privilegiado era a fonologia (CARDOSO, 2003, p. 28). É com a Escola de Copenhague que o estruturalismo linguístico atingiu a sua mais radical expressão. Um de seus maiores representantes, o dinamarquês

Hjelmslev, elaborou uma teoria do signo sem qualquer participação daquilo que esteja fixado numa realidade exterior à língua.

Benveniste, com a instituição do semiótico e do semântico, foi quem trouxe de volta a questão da referência para a Linguística. Benveniste se propõe a ultrapassar a noção saussuriana de signo, alegando que “a relação entre o significante e o significado não é *arbitrária*, mas *necessária*” (CARDOSO, 2003, p. 72). No desenvolvimento dos trabalhos de Benveniste sobre o signo encontra-se a relação da linguagem e da realidade, ou seja, abrem-se novamente as portas para as discussões sobre a referência. Relativamente sobre esse tema, interessa neste trabalho discutir o deslocamento da noção de referência por referenciação e o porquê da mudança dessa denominação.

Koch (2004), em uma discussão sobre referência, expõe a ideia de que a nossa realidade é um produto de nossa percepção cultural e da forma como lidamos com a própria realidade. Os referentes (coisas extralinguísticas) são fabricados na dimensão de nossa percepção-cognição e são destituídos de estatuto linguístico.

A autora considera, ainda, que a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a utilizam e os modelos de mundo são reconstruídos historicamente e de acordo com o discurso. Mondada e Dubois (2003, p. 22) afirmam que há uma instabilidade entre as palavras e as coisas e as categorias utilizadas para descrever o mundo sofrem mudanças sincrônicas e diacrônicas. Essa instabilidade diz respeito à relação entre a linguagem e a realidade que, obviamente, muda de acordo com a cultura e o tempo, constatação já levantada por Saussure. Ainda segundo Mondada e Dubois (2003), a ideia de “mapeamento” (*mapping, matching*) das palavras sobre as coisas é problemática tendo em vista a maneira individual que cada ser se refere a algo.

Como nossa maneira de ver e dizer o real não mantém uma relação especular, uma entidade para ser utilizada é reelaborada e essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. As entidades designadas passam de *objetos-de-mundo* para *objetos-do-discurso*.

Os *objetos-de-discurso*, então, são produzidos, desenvolvidos, delimitados e transformados *no* e *pelo* discurso. São entidades pelas quais os sujeitos compreendem o mundo e são produzidas e reconstruídas no ato comunicativo, segundo a intenção de quem o produz. Não preexistem à comunicação e são produto das experiências de mundo e das atividades cognitivas.

Considerando o que foi dito sobre a relação entre linguagem e realidade e a definição de *objetos-de-discurso*, Mondada e Dubois (2003) propõem a substituição do termo *referência* por *referenciação* por considerarem que não existe representação direta entre as palavras e as coisas do mundo. Para as autoras, a referenciação exibe essa distância, por demonstrar a inadequação das categorias lexicais disponíveis e a melhor representação seria aquela construída na atividade discursiva.

Segundo Koch (2005), a *referenciação* é uma atividade do discurso e opera um deslizamento em relação à referência, constituindo-se em um processo de (re)construção do real por meio de *objetos-de-discurso* no texto. Pode-se considerar a referência como um sistema pronto e preexistente, e a referenciação como um sistema que é construído.

Nesses termos, o aposto, como um sintagma nominal, constitui uma forma de referenciação, uma vez que por meio dele o autor do texto constrói a imagem do objeto que melhor convém ao seu objetivo discursivo. Como os *objetos-de-mundo* são representados no discurso segundo o ponto de vista de cada um, quem produz o texto corre o risco de que esses objetos sejam vistos de forma diferente da pretendida. Ao utilizar como recurso o aposto, o autor empacota o sentido, mostrando ao leitor qual é a visão que se deve ter de tal objeto.

Um caso de referenciação implícita é a anáfora indireta que é um caso de

construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local. Uma análise detida das características centrais da AI mostra que ela não depende da congruência morfossintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados (MARCUSCHI, 2005, p. 54).

Segundo Marchuschi (2005), em anáforas indiretas não ocorre uma retomada de referentes, mas uma ativação de novos referentes, e há motivação ou ancoragem no universo textual. A anáfora indireta é um caso de referenciação, pois os termos são construídos no discurso de acordo com a percepção cognitiva e constrói, de certa forma, um novo referente. Esse tipo de anáfora pode ser construída no texto por meio do aposto, como nos exemplos a seguir:

[293] A pesquisa analisou o comportamento das jovens mães durante os 40 dias após o parto – *chamado período puerperal* –, que tivessem passado pelo alojamento conjunto do Hospital Universitário (HU) da USP em São Paulo e cujos bebês nasceram saudáveis. (USP – jornal 4)

O exemplo acima foi retirado de um texto de jornal de uma universidade, que trata a respeito da gravidez na adolescência. Nele, há a construção apositiva constituída pelo termo fundamental *40 dias após o parto* e pelo aposto *chamado período puerperal*. Há nessa construção uma anáfora indireta, ou seja, uma referenciação implícita, pelo fato de o aposto construir um novo referente para o fundamental. Na ocorrência em questão, essa nova referência é realizada por meio do nome técnico desse período.

Na classificação das anáforas indiretas é relevante observar a relação entre a anáfora e a sua respectiva *âncora*, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta. Schwarz, de acordo com Marchuschi (2005), sugere os seguintes tipos fundamentais de anáforas indiretas:

I – tipos semanticamente fundados;

II – tipos conceitualmente fundados.

O tipo I exige estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico (mais especificamente ligadas a âncoras lexicais precedentes) e estão vinculados a papéis semânticos. O tipo II exige estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédicos e mais ligados a processos inferenciais gerais.

CAPÍTULO II – O APOSTO

2.1 O sintagma nominal

Conforme prescrevem as gramáticas tradicionais, o aposto é um termo de valor nominal, mas que pode ser observado sob a forma de orações que cumprem o papel que seria de um nome. Nesta pesquisa, o enfoque será unicamente o sintagma nominal (SN) e, por esse motivo, cabe entender quais as suas características. Segundo Castilho (2010), “o sintagma nominal é uma construção sintática que tem por núcleo um substantivo ou um pronome, o primeiro uma classe basicamente designadora, e o segundo uma classe dêitica/fórica/substituidora” (p. 453).

Ainda segundo o estudioso, *substantivo* significa literalmente “o que está debaixo, na base”, segundo os gramáticos gregos. Com isso, esses gramáticos davam a entender que os substantivos são a parte fundamental do texto, sem a qual não se poderia construí-lo. Castilho (2010) ainda lembra que sem o sintagma nominal e o verbo não se constrói nem mesmo uma sentença.

A estrutura do sintagma nominal é demonstrada por Castilho (2010) da seguinte forma:

$$\text{SN} \rightarrow (\text{Especificadores}) + \text{Núcleo} + (\text{Complementadores})$$

Ainda que um SN seja preenchido por Especificadores (o artigo e os pronomes) e por Complementadores (sintagmas adjetivais e preposicionais) (CASTILHO, 2010), cada SN tem apenas um centro de referência.

A respeito das propriedades do SN, Perini (2010) afirma que o SN pode ocorrer nas funções sintáticas de sujeito, objeto ou complemento de preposição. Em relação à Semântica, “pode se referir a uma entidade do mundo (real ou imaginário); essa entidade pode ser entendida como um objeto específico (*minha irmã*), uma classe geral (*os seres humanos*) ou uma abstração (*a sabedoria*)” (PERINI, 2010, p. 252).

Esse último aspecto interessa particularmente para esta dissertação, pelo fato de mostrar o potencial referencial de um SN. Não é possível, conforme expõe Perini (2010), referir-se a algo do mundo usando a língua a não ser com um SN,

característica definidora do aposto. Castilho (2010) corrobora essa visão ao afirmar que o substantivo tem por propriedade básica referenciar. Sendo o aposto um termo de valor nominal, a ele cabe, também, a propriedade de referência dentro de um texto.

2.2 A visão tradicional

Ao serem consultadas gramáticas e manuais de sintaxe e morfossintaxe, verifica-se um tratamento comum dado ao aposto. Inicialmente, o espaço dispensado a ele é pequeno e, de certa forma, o seu valor para a construção textual é considerado nulo, uma vez que ele encontra-se na parte dos Termos Acessórios da Oração. Sob esse ponto de vista, o aposto é dispensável para o entendimento da mensagem, podendo, segundo os manuais gramaticais, ser omitido. Segundo Dubois (1997), “acessórias são as palavras não-acentuadas desprovidas de autonomia sintática (artigos, preposições). São também denominadas palavras vazias ou instrumentos gramaticais”.

Conforme Nogueira (1999, p. 17), a noção de aposição somente foi verdadeiramente fixada como conceito que designa propriedades sintáticas da palavra ou da proposição na passagem entre os séculos XIX e XX. Apesar disso, a existência da noção de aposição é atestada desde a retórica latina, na qual era denominada como *adjuncta*, *apposita* ou *sequentia*.

Segundo Melo (1970), o aposto é um termo de “referência nominal” e elemento acessório na oração. O autor denomina o aposto como *predicativo adjunto* identificado, também, como *aposto circunstancial* que “explica a situação do sujeito ou do objeto no momento da ação expressa pelo verbo” (MELO, 1970, p. 222-221). Apesar das duas denominações levantadas pelo autor, considera-se que é melhor dizer *atributo circunstancial*, uma vez que a função participa à uma da natureza do adjunto adnominal ou atributivo e da do adjunto adverbial. Exemplifica um caso de aposto com a frase: “**Inquietos**, os meninos esperavam o resultado do pedido”.

A respeito do aposto circunstancial, Melo (1970) afirma que esse tipo de aposto pode exprimir várias circunstâncias: modo ou situação, causa, tempo, comparação e concessão. Além disso, considera que entre o aposto e o termo ao qual ele se refere pode ou não pode haver pausa, ou seja, sinal de pontuação.

Em *Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portuguesa*, Ribeiro (1955) classifica o aposto como adjunto atributivo, definindo adjunto como “uma palavra ou um certo número de palavras que se ajuntam a outra para a definir, limitar ou qualificar” (RIBEIRO, 1955, p. 551). Para o autor, “aposto é qualquer palavra que, collocada immediatamente depois de outra, exprime com esta uma só e mesma pessoa ou coisa” (*op. cit.*, p. 547). Quanto aos sinais de pontuação, não há referência, mas se verificam exemplos somente com vírgula.

Segundo Cláudio Brandão (1963), *Sintaxe clássica portuguesa*, o aposto é uma das manifestações do adjunto atributivo. No Capítulo *Da Aposição*, o autor define o aposto como “o substantivo só ou acompanhado de modificadores, que, colocado imediatamente junto de outro, o explica já lhe particularizando o conceito geral, já lhe indicando uma caracterização” (p. 26). Denomina de *fundamental* o substantivo determinado pelo aposto e *aposição*, o conjunto fundamental e aposto.

Para o autor, há várias espécies de aposto: atributivo, explicativo ou epesegético; circunstancial; enumerativo; o aposto de frase. Tanto o aposto explicativo quanto o enumerativo podem ser precedidos das expressões *isto é, a saber, convém saber etc.*

Segundo o gramático, a colocação regular do aposto é depois do fundamental, embora haja casos em que se dá a sua anteposição, que é mais frequente quando o fundamental é um pronome do caso oblíquo, e, de rigor, quando o pronome está implicitamente contido nos possessivos.

Rocha Lima (1979), na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, também insere o aposto como termo acessório da oração e de carácter nominal. Define o aposto como um substantivo (ou pronome) que pode ser imediatamente acompanhado de outro termo de carácter nominal, para individualizar ou esclarecer. Ainda segundo o autor, o substantivo fundamental e o aposto designam sempre o mesmo ser.

Sobre as classificações, menciona somente a enumeração e a denominação. A respeito desta classificação, verifica-se, pelo exemplo, que a mesma característica da forma que em outros manuais gramaticais é denominado de designação, como nos casos *O poeta Olavo Bilac, O rio Tejo*. Quanto à presença de pausa entre o fundamental e o aposto, geralmente há vírgula, exceto nos casos de designação, conforme exemplificado.

Rocha Lima (1979) menciona que entre o aposto e o termo ao qual ele se refere pode aparecer uma locução explicativa, conforme o exemplo abaixo, retirado do *corpus* que compõe a pesquisa desta dissertação.

[407] A camada superior é formada por um reduzido contingente de famílias de empresários que empregam mais de 10 assalariados, pelas famílias dos micro e pequenos empresários e pelas famílias da alta classe média, assalariada ou autônoma (tais como administradores, gerentes e chefes; ocupações técnicas e científicas de nível superior, etc.). (UNICAMP – periódico 2)

Em Almeida (1969) verifica-se, da mesma forma que nos autores consultados, o aposto considerado como termo acessório e como um tipo de adjunto adnominal. Define o termo em estudo como “palavra ou frase que explica um ou vários termos expressos na oração” (ALMEIDA, 1969, p. 394).

Quanto às classificações, a única observação feita é a de que o aposto pode ser constituído de títulos profissionais ou hierárquicos e, apesar de não nomear, trata-se do aposto de designação ou denominação. Nesse caso, o aposto, para o autor, vem antes do termo fundamental e, por esse motivo, não há pausa entre o aposto e o termo ao qual ele se refere. Caso haja a inversão de colocação dos termos, há sinal de pontuação. Além disso, o aposto pode ter como fundamental uma oração inteira.

Torres (1959), na *Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, dedica um brevíssimo espaço para o aposto, na parte de Termos Acessórios da oração, definindo-o como “a palavra, expressão ou oração que se anexa a um substantivo, especificando-o ou cognominando-o” (TORRES, 1959, p. 211). Além da definição, a outra informação que traz a respeito é sobre os sinais de pontuação, mais especificamente a vírgula, que geralmente separam o termo fundamental do aposto.

Segundo Câmara Júnior (1997), no aposto verifica-se uma relação de equivalência com o termo ao qual se refere e considera-se, ainda, a aposição não somente uma sequência, mas uma sequência centrípeta, “que gira em torno de um ser como seu centro” (CÂMARA, 1997, p. 57-8). Existe, então, um sintagma nominal sobre o qual o locutor do texto estabelece uma relação de equivalência.

De Adriano da Gama Kury, duas obras foram consultadas: *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil*, dedicada ao nível médio, e *Novas Lições de Análise Sintática*. Na primeira, Kury (1972) afirma que o aposto é um

termo de valor nominal e define-o como um substantivo (ou equivalente) ao qual é acrescentado um termo de mesmo valor, que o explica, desenvolve ou enumera, ou contém uma apreciação ou uma comparação. Sobre a classificação, não há espaço separado para esse aspecto, mas a partir da definição acima, verifica-se que o autor considera que existem apostos explicativos, de desenvolvimento ou enumeração, apreciativos ou comparativos. Cita o aposto especificativo ao tratar das pausas, pois considera que nos apostos anteriormente citados deve haver pausa – vírgula ou dois pontos – e no caso do especificativo não.

Na segunda obra mencionada do autor, Kury (2003), também na parte dedicada aos Termos Acessórios da Oração, reitera que o aposto tem valor substantivo, que, em qualquer função sintática, pode continuar, explicar, desenvolver ou resumir um termo de igual valor. Deixa mais claro que outros autores a classificação dos tipos de aposto, que conforme o valor na oração pode ser explicativo (que pode referir-se a toda uma oração), enumerativo, resumidor ou recapitulativo, comparativo. Dedicar um espaço maior para o aposto de especificação definindo-o como um substantivo de sentido genérico que pode ser seguido de um termo, sem a presença de pausa, que o especifica ou individualiza. A respeito da pausa entre o termo fundamental e o aposto, faz a mesma observação em Kury (1972).

Nicola e Infante (1997) corroboram os autores até aqui mencionados, de que o aposto é um termo acessório e de valor nominal. Definem-no como “termo que amplia, explica, desenvolve ou resume a ideia contida em um termo que exerce qualquer função sintática” (NICOLA e INFANTE, 1997, p. 280-281). Classificam o aposto, de acordo com o seu valor na oração, como explicativo, enumerativo, resumidor ou recapitulativo, comparativo e especificativo. A respeito deste último, faz a mesma observação que outros autores já fizeram: não é marcado por sinais de pontuação, no caso, citados somente dois pontos ou vírgula.

Bechara (2009) situa o aposto como componente do grupo sintagmático nominal, definindo-o como “substantivo ou expressão equivalente que modifica um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva), também conhecido pela denominação *fundamental*, sem precisar de outro instrumento gramatical que marque esta função adnominal” (BECHARA, 2009, p. 457).

Segundo o gramático, dependendo do conteúdo semântico, a aposição (que ele não diferencia de aposto) pode se chamar específica ou especificativa e

explicativa. O que diferencia uma da outra é que na primeira não há separação entre o fundamental e o aposto por meio de pausa (vírgula, travessão ou parêntese), já na segunda esse separação acontece por meio de pausa. Além disso, o aposto explicativo pode apresentar valores secundários: enumerativo, distributivo e circunstancial.

Além das características mencionadas no início desta seção, ou seja, um termo acessório, constata-se por meio do material consultado, que o aposto é considerado um termo de valor nominal, designado de diferentes formas, como sendo componente do grupo sintagmático nominal, com valor substantivo ou uma espécie de adjunto adnominal. Com relação à existência de pausa entre o termo fundamental e o aposto, verificou-se que os que fazem referência direta a esse assunto, consideram que pode haver pausa, entendida como sinal de pontuação, e que no caso do aposto de identificação ou denominação não há pausa.

A respeito da classificação, não há univocidade pelo fato de em alguns autores o aposto ser classificado como especificativo, enumerativo ou recapitulativo e em outros explicativo, enumerativo, apreciativo ou comparativo.

2.3 A visão da gramática funcional

Conforme visto na seção anterior, há características a respeito do aposto partilhadas por diversos gramáticos ou linguistas. Por meio dessa caracterização, constata-se que a construção apositiva é caracterizada por dois termos diferentes na forma, mas que mantêm relação de equivalência de sentido.

Nesta dissertação, são mantidas algumas características da visão tradicional, como o caráter nominal, as observações referentes à pausa entre o fundamental e o aposto e ter a mesma função sintática do termo ao qual o aposto se refere. Procura-se, todavia, considerar o aposto um termo relevante no que diz respeito a sua função dentro do texto, deixando de lado, dessa forma, que o aposto é um termo acessório, pelo contrário, exerce função textual-discursiva no texto.

Ainda segundo os manuais gramaticais, o aposto assume a mesma função sintática do termo ao qual se refere e um dos aspectos a serem analisados em relação ao aposto é a posição em que se encontra na oração. Sob o viés de uma

abordagem funcionalista, esse aspecto sintático será estudado como fluxo de informação ou estatuto informacional.

Chafe (1976 *apud* Pezzati, 2007) considera que a língua funciona se é considerado o conhecimento que o falante assume estar na consciência do ouvinte no momento da enunciação. Chafe preocupa-se, em outros termos, com “a embalagem com que o falante reveste a sua mensagem” (PEZZATI, 2007, p. 181). O estatuto informacional é, exatamente, esse empacotamento da mensagem.

Assim, *dado ou informação velha* é o conhecimento que o falante assume estar na consciência do ouvinte no contexto comunicativo. *Novo ou informação nova* é a informação que o falante acredita estar introduzindo na consciência do ouvinte com o que diz.

O aposto seria, então, a garantia que o conhecimento é partilhado com o leitor/ouvinte, dependendo do lugar que ocuparia na frase. A ideia de *dado* ou *novos* é uma questão de crença do escritor/falante que presume que determinado item está ou não na consciência do leitor/ouvinte. Se este já tem esse conhecimento, irá, ao ler o aposto, concordar com a visão exposta; se não tem esse conhecimento, passará a partilhar da informação que lhe foi dada.

Além disso, ao relacionar com o sistema lógico-semântico de Halliday (1985), o aposto encontra-se na cláusula de *expansão por elaboração*, pois se trata de uma construção que retoma o sentido da cláusula anterior para especificar, clarear ou adicionar um atributo ou comentário. A função, então, não é a de acrescentar uma informação nova, mas de fornecer um novo ponto de vista sobre a relação anterior.

Há, então, entre as construções por expansão e as construções a que fazem referência uma relação de equivalência, de aproximação de sentidos. Essa aproximação nem sempre é feita por quem recebe a mensagem ou não é feita da forma como o autor da mensagem quer e isso pode trazer prejuízos à intencionalidade da mensagem. As construções apositivas, dessa forma, podem ser recursos auxiliares dessa aproximação, uma vez que por meio delas o autor do texto pode empacotar a mensagem com o ponto de vista mais adequado ao seu propósito na comunicação.

Nesses termos, o aposto não se configura como um termo acessório, pois por meio dele pode-se guiar o leitor para um recorte da realidade, para uma explicação sobre um fato que se imagina que o interlocutor não conheça. Serve de guia ao leitor para um caminho de opinião. Torna-se, então, um instrumento da língua para os

propósitos comunicativos de quem produz uma mensagem, conforme os pressupostos de uma abordagem funcionalista. É, em outros termos, um recurso auxiliar da argumentação.

2.4 As construções apositivas e a referenciação

Conforme visto na primeira seção deste capítulo, o SN tem o papel referencial no texto. O núcleo de um SN é uma classe basicamente designadora (CASTILHO, 2010) e é o centro referencial, ou seja, é o que determina do que se está falando (PERINI, 2010).

Essas características, obviamente, também cabem ao aposto, que tem valor nominal e, em um contexto comunicativo, é uma estratégia de referenciação. O aposto é um recurso auxiliar na organização textual e, também, às funções cognitiva e argumentativa. Por meio de um sintagma nominal, o aposto retoma o termo ao qual faz referência, cujo núcleo é um nome, mas sob um rótulo diferente, que é, obviamente, aquele que interessa a quem produz a mensagem.

Dessa forma, há referenciação por meio do aposto, pois há a reelaboração dos *objetos-de-mundo* segundo a intencionalidade de quem produz o discurso. Esses *objetos-de-mundo*, então, passam a ser *objetos-de-discurso*, reconstruindo o real.

[412] Ela é formada pela baixa classe média assalariada (*auxiliares de escritório; balconistas e caixas; professores primários; auxiliares da saúde, etc.*) e pelos operários e demais trabalhadores populares, incluindo autônomos e empregadas domésticas. (UNICAMP – periódico 2)

No exemplo acima, a referenciação é realizada por meio da reelaboração do SN *baixa classe média assalariada*, que passa a ser definida por meio de um aposto em que o autor enumera as profissões que ele escolheu para incluir no grupo expresso no fundamental, ou seja, *auxiliares de escritório; balconistas e caixas; professores primários; auxiliares da saúde, etc.* A intenção é levar os leitores de um estado de conhecimento a outro, de acordo com o empacotamento que interessa a quem produz a mensagem. No contexto em que se encontra o exemplo, um artigo científico, essa exemplificação torna-se relevante, uma vez que demonstra com exatidão o que é considerada dentro da pesquisa a *baixa classe média assalariada*.

2.5 As construções apositivas e a argumentação

Ao mesmo tempo em que o aposto se constitui como uma forma de referenciação, caracteriza-se por ser um expediente argumentativo, uma vez que serve como recurso para limitar o entendimento do termo ao qual se refere.

No *Tratado da Argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) observam que conhecer o auditório é uma das condições para o sucesso da argumentação, uma vez que cada grupo social tem, em seu meio, opiniões dominantes. Sendo assim, o orador que quer persuadir um auditório tem de se adaptar a ele (*op. cit.*, p. 23).

Os autores expõem, também, o fato de que para cada público existe um conjunto de fatores que pode influenciar as reações com o recebimento da mensagem. Se o auditório não é especializado, ou seja, não conhece as especificidades de uma área ou algo sobre o assunto, tais reações são vagas. Para que isso não aconteça, o produtor da mensagem deve escolher cuidadosamente os *objetos-de-discurso* que farão parte de sua produção. Os leitores dos textos jornalísticos de divulgação da ciência, gênero textual que compõe parte do *corpus*, enquadram-se no perfil desse público.

A respeito de auditório especializado, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) fazem uma observação em relação aos pesquisadores, os produtores dos artigos científicos, gênero textual que faz parte do *corpus* de pesquisa. A respeito dos cientistas é mencionado que eles se dirigem para um público particular, aos quais são atribuídas certas competências. Para eles, entretanto, o auditório para o qual se dirigem não é mais um auditório particular, mas é considerado universal: “ele [cientista] supõe que todos os homens, com o mesmo treinamento, a mesma competência e a mesma informação adotariam as mesmas conclusões” (*op. cit.*, p. 38). Em outros termos, como os pesquisadores escrevem para pesquisadores, definir certos termos não seria necessário, pelo fato de o auditório ter conhecimento sobre o que se escreve. A partir dessa suposição, nos textos escritos por especialistas certos recursos linguísticos, que visam detalhar certos termos, poderiam ser deixados de lado.

Em relação à organização linguística, os autores observam que a própria escolha dos dados e a apresentação de certos elementos já demonstra que o que foi selecionado é relevante para determinado objetivo. Essa ideia de que a argumentação é seletiva, devido à escolha e à forma de tornar presentes os dados escolhidos, é que expõe a argumentação à crítica de ser parcial e, portanto, tendenciosa.

Na seção em que é tratada da escolha das qualificações, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) consideram que a linguagem tem um importante papel na construção da argumentação:

A organização dos dados com vistas à argumentação consiste não só na interpretação deles, no significado que se lhes concede, mas também na apresentação de certos aspectos desses dados, graças aos acordos subjacentes na linguagem que é utilizada (*op.cit.*, p. 143).

Nessa mesma seção, os autores mencionam que essa escolha é mais aparente com o uso do epíteto que “resulta da seleção visível de uma qualidade que se enfatiza e que deve completar nosso conhecimento do objeto” (*idem*). O epíteto é utilizado sem justificação, mas apenas a escolha da qualificação parecerá tendenciosa. O aposto aproxima-se da característica do epíteto, pois, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), por meio desse é possível duas qualificações simétricas e de valor oposto serem igualmente possíveis, como no exemplo retirado da própria obra: Orestes pode ser qualificado como “assassino de sua mãe” e “vingador de seu pai”.

Mais à frente, é utilizado como exemplo uma construção com a utilização de um aposto. Nesse contexto, os autores explicam que ao designar alguém pelas palavras “o assassino” a escolha não é tão nítida quanto utilizar a construção “Orestes, o assassino”, em que a escolha confunde-se com o uso das noções e tal escolha raramente não tem intenção argumentativa.

Ocorrências parecidas como essa foram encontradas no *corpus* desta pesquisa, como o exemplo a seguir, que foi retirado de um artigo científico que trata sobre a violência de gênero.

[328] Nele, o jurista ensina os jovens advogados a defender um assassino, mesmo que confesso, e toma como modelo a defesa que ele próprio fizera de Doca Street, *o assassino de Angela Diniz*.(USP – periódico 5)

Em outros termos, a ideia de equivalência entre dois sintagmas nominais (SN 1 = SN 2), ou seja, entre o aposto e o fundamental é uma forma sutil de conduzir a um ponto de vista. Conforme dito, o aposto surge como um recurso linguístico que auxilia a apresentação dos *objetos-de-discurso* com vistas a convencer quem recebe a mensagem a ter o mesmo ponto de vista de quem a produz. É uma forma de cercear a opinião de quem lê/ouve o texto, tal como pode ser constatado no exemplo a seguir:

[299] O conflito de gerações, a pressão social e a busca da identidade trazem ambigüidade e um problema comum aos jovens: *o de lidar com suas mudanças corporais e conflitos interiores no campo da sexualidade*. (USP – periódico 4)

No exemplo acima, *problema comum aos jovens* é equivalente, segundo o ponto de vista do autor, a *o de lidar com suas mudanças corporais e conflitos interiores no campo da sexualidade*. Além dessa equivalência, limita-se, na ocorrência em questão, a respeito de qual problema refere-se, que poderia ser entendido como drogas, relacionamento com os pais, escolha da profissão, por exemplo. Pelo fato de a ocorrência estar no início do texto, indica por qual caminho o texto seguirá.

Em situações em que os pontos de vista são iguais ou parecidos, os dados escolhidos para a argumentação por meio do aposto serão provavelmente recebidos afirmativamente pelo receptor; nos casos em que esses pontos de vista são divergentes, a seleção adequada dos termos com função argumentativa mantém a defesa das ideias de quem as produz e pode não abrir espaço para objeções ao texto; e nos casos em que quem lê a mensagem não tem opinião alguma, há maior probabilidade de aceitar o ponto de vista daquele que produziu o texto.

CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Constituição, descrição e caracterização do *corpus*

O *corpus* escolhido para esta dissertação é constituído por artigos científicos de periódicos da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Universidade de São Paulo - USP e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e por textos jornalísticos de divulgação científica retirados dos jornais dessas mesmas instituições, intitulados Jornal da Unicamp, Jornal da USP e Jornal da UFRJ. Para a seleção dos textos, foi utilizado como critério de escolha o assunto tratado, que deveria ser comum aos artigos científicos e aos textos jornalísticos de divulgação científica.

Foram selecionados, primeiramente, os textos dos jornais e, em seguida, os artigos científicos dos periódicos publicados pela mesma instituição. Essa ordem deveu-se ao fato de cada instituição divulgar nos jornais as atividades realizadas em cada uma, mas dar destaque para diferentes áreas do conhecimento, levando em conta a classificação de áreas científicas do CNPQ. A USP, por exemplo, divulga mais atividades realizadas no campo das ciências biológicas, mais especificamente das áreas médicas, e a UFRJ trata mais de temas relacionados às ciências humanas, como ciências sociais e letras.

Durante o levantamento do *corpus* foi constatado que nem sempre a atividade ou pesquisa que era divulgada para a comunidade em geral, por meio do jornal da instituição, era divulgada para a comunidade científica, por meio de periódicos da própria universidade, considerando a data de publicação do jornal. Pelo fato de em vários casos não serem encontrados textos da mesma área que tratassem tanto no jornal quanto nos periódicos de atividade, fato ou pesquisa na mesma época, optou-se, então, pelo critério do assunto.

Sendo assim, o *corpus* de pesquisa é formado por textos dos gêneros artigo científico e textos jornalísticos de divulgação científica, que tratam do mesmo assunto, ainda que os textos sejam de áreas diferentes.

Os textos foram salvos em formato *Documento do Word* e neles foram destacadas as ocorrências de apostrofo. Para identificá-los, atribuiu-se a cada um uma espécie de título, composto pela sequência *NOME DA INSTITUIÇÃO – periódico ou*

jornal – número de 1 a 5 para indicar uma ordem, conforme consta na lista de abreviaturas. Essas ocorrências foram transcritas para a tabela com os parâmetros de análise, os quais serão detalhados e discutidos neste capítulo.

Por fim, foram escolhidos cinco textos de cada gênero para cada instituição, totalizando 30 textos, conforme os quadros abaixo.

Tabela 2: Textos que compõem o *corpus* de pesquisa - UFRJ

ARQUIVO	ÁREA		ASSUNTO	
	Jornal da UFRJ ¹	Periódico	Jornal da UFRJ	Periódico
UFRJ 1	Educação	Educação	Formação de professores	
UFRJ 2	Tecnologia	Jornalismo	Leitura e tecnologia	
UFRJ 3	Tecnologia	Jornalismo	Propriedade intelectual	
UFRJ 4	Cultura	Ciências Sociais	Concretismo e Ferreira Gullar	
UFRJ 5	Literatura	Letras	Literatura infanto-juvenil	

Tabela 3: Textos que compõem o *corpus* de pesquisa – USP

ARQUIVO	ÁREA		ASSUNTO	
	Jornal da USP	Periódico	Jornal da USP	Periódico
USP 1	Sociologia	Psicologia	Lançamento de livro sobre os jovens	O jovem
USP 2	Enfermagem	Economia Aplicada	Trabalho infantil e rendimento na escola	
USP 3	Cultura	Comunicação e Artes	1968 – censura ao teatro brasileiro	
USP 4	Comportamento	Enfermagem	Adolescentes e gravidez	
USP 5	Comportamento	Sociologia	Violência doméstica	

Tabela 4: Textos que compõem o *corpus* de pesquisa – UNICAMP

ARQUIVO	ÁREA		ASSUNTO	
	Jornal da Unicamp ²	Periódico	Jornal da Unicamp	Periódico
UNICAMP 1	Faculdade de Educação	Educação Física	Bullying	
UNICAMP 2	Ciências Sociais	Economia	Desemprego	
UNICAMP 3	Faculdade de Educação	Economia	Brasileiros e remuneração	
UNICAMP 4	Economia	História	Capitalismo, história do Brasil e grandes empresas	
UNICAMP 5	Educação	Educação	Aulas de Educação Sexual	

¹ Área identificada de acordo com o título das seções dado pelo próprio jornal.

² Pelo fato de o Jornal da Unicamp não identificar seções, nesta tabela foi mencionada a área da qual a reportagem trata.

Quanto à caracterização dos gêneros dos textos do *corpus*, os artigos científicos são divulgados em periódicos que, segundo Silva (1995), são classificados como documento bibliográfico, publicado em fascículos, números ou partes, com edição de intervalos prefixados, por tempo indeterminado. Os periódicos são elaborados com a colaboração de diversas pessoas, sob a direção de um ou vários profissionais, em conjunto ou sucessivamente, tratando de assuntos diversos, segundo um plano definido.

Ainda de acordo com Silva (1995), o periódico é relevante no campo da ciência porque contém informações mais atualizadas que as encontradas nos livros, tornando-se, dessa forma, de grande utilidade para o contexto em que é utilizado.

Nos periódicos são encontrados os artigos científicos, gênero de parte dos textos que compõe o *corpus* de pesquisa desta dissertação. Os artigos científicos podem ter diferentes formatações, pois dependem das normas de publicação exigidas pelo corpo editorial de cada periódico, mas as regras de citação seguem as normas da ABNT.

Justifica-se a escolha pelos artigos científicos para comporem parte do *corpus* de pesquisa, pelo fato de serem rigorosamente avaliados e classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por meio do Programa Qualis. Esse programa é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para a classificação dos programas de pós-graduação, considerando a qualidade da produção intelectual produzida, incluindo a qualidade dos artigos publicados nos periódicos científicos (CAPES, 2010). Além disso, conforme afirma Zamboni (2001, p. 33), a ciência encontra seu lugar social na produção de artigos e essa publicação é condição de legitimidade e a atribuição de autoridade da enunciação científica. Além disso, ainda segundo a autora, os cientistas reconhecem a produção de artigos científicos como o principal objetivo de sua atividade.

O que caracteriza um artigo científico é o seu rigor técnico, uma vez que nele é utilizada uma linguagem formal, com terminologia de cada área, contendo tabelas com o levantamento de dados e, como já se disse, fonte de divulgação dos trabalhos científicos e de consulta por especialistas e pesquisadores.

No discurso científico especializado, o locutor é um cientista e, portanto, especialista em determinada área, que expõe a pesquisa por ele mesmo elaborada a um público específico, composto pela comunidade científica (ZAMBONI, 2001;

ZAMPONI, 2005). Dessa forma, os leitores conhecem o domínio de conhecimento e a metodologia utilizada.

Na escrita desse gênero textual, observa-se o uso de terminologia específica, e das formas canônicas do discurso científico que, segundo Zamponi (2001, p. 39), constituem instrumentos de persuasão. Ainda relativo à escrita, há preferências por construções sintáticas particulares (como a construção passiva), além de haver como marcas as restrições estilísticas, economia e precisão da linguagem, neutralidade, objetividade e despersonalização, como o uso da terceira pessoa. Busca-se, por meio da linguagem, rigor pela exatidão dos termos (ZAMPONI, 2005, p. 169-170).

Sobre os textos dos jornais, foram definidos nesta pesquisa dentro de uma categoria imprecisa como textos jornalísticos de divulgação científica. Cumpre, inicialmente, definir o que é um texto de divulgação científica para, depois, justificar o porquê da definição adotada neste trabalho. Conforme Rios *et al.* (2005, p. 117) textos de divulgação científica são produzidos para um público não especializado e caracterizam-se por serem produzidos a partir de artigos científicos. No caso de parte do *corpus*, os textos são escritos, também, a partir de pesquisas em andamento ou de eventos organizados pela instituição que se relacionam com as linhas de pesquisa seguidas pelos cursos.

Para Zamponi (2005), nos textos de divulgação científica há uma assimetria entre os interlocutores, pois no contexto comunicativo há aquele que sabe e aquele que não sabe. Para minimizar ou sanar qualquer dificuldade comunicativa, quem escreve ou fala utiliza estratégias linguísticas, como as reformulações e os mecanismos de construção da referência.

No caso da popularização da ciência, tipicamente o ouvinte/leitor é a instância comunicativa que, na relação assimétrica com relação à competência temática, assume o lugar daquele que *não sabe*, no sentido de que é aquele que não pertence à comunidade dos ouvintes/leitores especializados (ZAMPONI, 2005, p. 177).

Segundo Zamponi (2005, p. 178), produzir um texto de popularização da ciência significa recontextualizar uma fonte de modo que ela seja compreensível e relevante para diferentes tipos de ouvintes/leitores. No discurso científico, quem fala é o cientista, no discurso de popularização da ciência, em geral, quem fala é uma espécie de “mediador”, normalmente um jornalista especializado.

A autora acredita, também, que o gênero de divulgação científica não deve ser visto como simples “tradução do conhecimento especializado”, mas como um “processo de *recontextualização* desse conhecimento” (ZAMPONI, 2005, p. 178).

Calsamiglia e Van Dijk (*apud* ZAMPONI, 2005) destacam que a popularização em geral e na imprensa em particular não é originalmente caracterizada por estruturas textuais específicas, mas por propriedades do contexto comunicativo: os participantes e os papéis dos participantes, como as fontes científicas, jornalísticas especializadas, o público em geral; seus respectivos objetivos, crenças e conhecimento; e a relevância desse conhecimento na vida cotidiana dos cidadãos. Destacam ainda que os meios de comunicação de massa não são mediadores passivos do conhecimento científico, mas contribuem ativamente para a produção do conhecimento novo e para a formação de opiniões sobre ciência e cientistas – incluindo informação e pontos de vista que não derivam de fontes científicas.

Tanto Zamponi (2005) como Rios *et al* (2005) concordam que os divulgadores do conhecimento científico não o fazem de forma passiva, pois boa parte das pesquisas parte de verbas públicas. Nos textos jornalísticos de divulgação científica pertencentes ao *corpus* desta dissertação há outra característica, que é o fato de serem textos retirados dos jornais de universidades que divulgam os próprios trabalhos científicos. A instituição, dessa maneira, mostra à comunidade em que está inserida, e muitas vezes como uma prestação de contas, o que ela faz em prol do desenvolvimento dessa própria comunidade.

Os textos dos jornais não foram, porém, definidos como do gênero de divulgação científica, pois não atendem a todos os critérios ou a uma parte importante das características expostas. Muitos desses textos têm um tom científico, mas no sentido de comentar a respeito da pesquisa realizada, que resultou em dissertação ou tese ou, ainda, de comentários que se baseiam na observação de projetos feitos pela instituição, mas que não assumem caráter científico, com dados, constituindo-se observação de um ou outro paciente.

Além disso, os textos retirados dos jornais não se aproximam do rol elaborado em Zamponi (2001) de exemplos do que se constitui divulgação científica:

os livros didáticos, as aulas de ciências do segundo grau, os cursos de extensão para não-especialistas, as histórias em quadrinhos, os suplementos infantis, folhetos de extensão rural e de campanhas de educação voltadas para determinadas áreas (como saúde e higiene),

os fascículos de ciência e tecnologia produzidos por grandes editoras, documentários, programas especiais de rádio e televisão etc. (p. 47).

Por esses motivos, os textos extraídos dos jornais foram definidos como textos jornalísticos de divulgação científica: apresentam traços importantes dos textos de divulgação científica, mas, ao mesmo tempo, têm muitos traços de textos jornalísticos.

Tem-se nos dois gêneros que fazem parte do *corpus* desta dissertação um papel relevante para o aposto ou qualquer outro expediente linguístico que auxilie na compreensão do que foi escrito: nos artigos científicos, não devem ser deixadas brechas de entendimento, uma vez que se trata de conhecimento que será utilizado como fonte para citações, por exemplo; no texto jornalístico de divulgação científica é necessário não deixar brechas, pois é nele que é explicado o conhecimento científico.

3.2 Procedimentos de análise do *corpus*

A análise do *corpus* foi feita, inicialmente, por meio da leitura dos textos, nos quais eram destacados os casos de aposto. Em seguida, o contexto de ocorrência, ou seja, os períodos em que se encontravam esses casos, foi copiado para uma tabela de análise.

Nessa tabela, havia os parâmetros de análise, que serão detalhados na próxima seção, e foi realizado o levantamento de dados por meio da análise de cada ocorrência de aposto. Para a análise quantitativa, os textos de cada gênero foram analisados separadamente e no final de cada tabela havia a soma de cada item dos parâmetros de análise, demonstrados por meio de gráficos no próximo capítulo.

Os dados colhidos foram analisados qualitativamente para delinear o perfil de aposto utilizado em cada gênero e, por fim, verificar qual a função do aposto na construção textual em cada um dos gêneros.

3.2.1 Parâmetros de análise

Para o estudo da multifuncionalidade do aposto em artigos científicos e em textos de popularização da ciência foram escolhidos seis parâmetros de análise: classificação do fundamental, posição do aposto na oração, pontuação, conectivo que antecede o aposto, relação textual-semântica e função textual-discursiva.

A escolha desses parâmetros deve-se à análise de aspectos formais, como é o caso dos quatro primeiros, e de aspectos textuais e semânticos, que é o caso dos dois últimos. Esses aspectos são relevantes para o resultado final desta pesquisa uma vez que para comprovar que o aposto é um caso de referência e, ao mesmo tempo, de argumentação e, nesse sentido, importante para a construção textual, o foco de análise deve ultrapassar a visão comum que as gramáticas tradicionais dão ao termo, ou seja, acessório na oração.

O levantamento das ocorrências dos sinais de pontuação, por exemplo, auxilia a elucidar as discussões dessas gramáticas em relação à afirmação de seus autores de que “entre o aposto e o fundamental *pode* haver uma pausa”, conforme verificado no Capítulo II. No mesmo sentido, os dois últimos parâmetros deixam de lado a análise restrita e comum do aposto como sendo *especificativo*, *explicativo*, *enumerativo* etc., conforme se encontra nas gramáticas tradicionais. Além disso, vale lembrar que uma análise funcionalista visa estudar as regularidades estruturais em função da intenção na comunicação.

A seguir, são especificados os parâmetros que tratam sobre as propriedades formais do aposto e, pela regularidade com que aparecem nas ocorrências, são utilizadas para auxiliar a análise qualitativa dos textos.

- “Classificação do fundamental” consiste em analisar se o termo fundamental, ou seja, o termo ao qual o aposto se refere é um substantivo abstrato ou concreto.
- Sobre a “Posição do aposto na oração” analisa-se se a construção apositiva encontra-se no sujeito ou no predicado da oração para posterior análise do fluxo de informação.
- No parâmetro “Pontuação” é verificado se há pausa antes ou antes e depois do aposto e qual sinal de pontuação é utilizado nessa situação.
- Da mesma maneira é a análise do parâmetro “Conectivo que antecede o aposto”, que tem o intuito de levantar quais conectivos são utilizados antes da construção apositiva.

Os dois últimos parâmetros demonstram com maior clareza a multifuncionalidade do aposto, juntamente com os dados obtidos a partir dos

anteriores. Esses parâmetros foram retirados como modelo de Nogueira (1999), que estudou a aposição não-restritiva em textos dos gêneros técnico, oratório e dramático. A autora baseou-se em Quirk *et al* (1985)³ e Meyer (1992)⁴ para definir os parâmetros de análise relativamente sobre a *relação textual-semântica* e a *função textual-discursiva* do aposto nos textos do *corpus* de pesquisa.

Segundo Nogueira (1999), uma das funções textual-discursivas do aposto relaciona-se com estratégias de reformulação textual. Isso pelo fato de a segunda unidade da construção apositiva, o aposto, fazer uma reformulação do conteúdo ou da expressão linguística da primeira, procurando garantir que o ouvinte compreenda o que foi formulado, visão partilhada nesta pesquisa.

Ainda segundo a autora, de acordo com o tipo de relação semântica estabelecida entre o aposto e o termo ao qual ele se refere, pode haver dois tipos de atividades textuais de reformulação: a *paráfrase*, em que há equivalência semântica e referencial, e a *correção*, em que há contraste.

Antes de qualquer explicação detalhada sobre a *paráfrase* e a *correção*, vale comentar a respeito da relação textual-semântica de *correferência*. Nogueira (1999) discute que um dos critérios mais apontados por linguistas e gramáticos para a identificação de uma estrutura apositiva tem sido a relação semântico-pragmática de *correferência* entre os termos. A *correferência* estrita, embora seja vista por muitos autores como fator definidor da aposição, não está presente, segundo alguns estudiosos do assunto, em muitas estruturas que costumam ser analisadas como aposição. Em muitos casos, a referência é dada pelos envolvidos na comunicação que partilham de um mesmo contexto cultural.

Considerando essa observação, ao estabelecer as funções textual-discursivas correspondentes à relação textual-semântica de *correferência*, Nogueira (1999) estabelece:

- *identificação*, quando a primeira unidade introduz um referente que só vai ser especificado na segunda unidade;
- a reformulação manifestada como uma *paráfrase referencial*, em que o segundo elemento utiliza outras palavras para fazer referência do primeiro; e
- a reformulação, manifestada por *contraste*, já explicitada acima.

A relação textual-semântica de *sinonímia* indica a reformulação manifestada

³ QUIRK, R. *et al*. **A comprehensive Grammar of the english language**. London/New York: Longman, 1985.

⁴ MEYER, C.F. **Apposition in contemporary English**. New York: Cambridge University Press, 1992.

- por uma *paráfrase linguística*, em que há equivalência semântica; e
- reformulação manifestada por *contraste*.

Por meio da relação textual-semântica de *atribuição*, quando o falante/autor manifesta sua atitude em relação ao que diz, há a função textual-discursiva de *avaliação*, que determina mais claramente uma orientação argumentativa para o leitor. O termo claramente foi utilizado, uma vez que, nesta pesquisa, procura-se demonstrar que o aposto é um auxiliar argumentativo, independente de sua classificação textual-discursiva.

Quando entre os elementos apositivos a relação é de *inclusão*, isto é, quando a referência ou o significado do segundo está incluído na referência ou no significado do primeiro, as funções textual-discursivas relativas à relação textual-semântica são:

- a *exemplificação*, em que o fundamental é tipicamente mais genérico e o aposto tem a função de especificar por meio de um exemplo;
- a *particularização*, em que uma parte do conjunto de referentes do discurso designado pela primeira unidade é marcada; e
- a *generalização*, em que o primeiro elemento é particular e o segundo mais geral.

Resumindo, então, os parâmetros de análise relativos à relação textual-semântica e os parâmetros correspondentes à função textual-discursiva, chega-se ao seguinte quadro, baseado, como dito, no estudo realizado em Nogueira (1999).

Tabela 5: Parâmetros de análise – Nogueira (1999)

Relação textual-semântica	Função textual-discursiva
Correferência	Identificação Reformulação – paráfrase referencial Correção
Sinonímia	Reformulação – paráfrase linguística Correção
Atribuição	Avaliação
Inclusão	Exemplificação Particularização Generalização

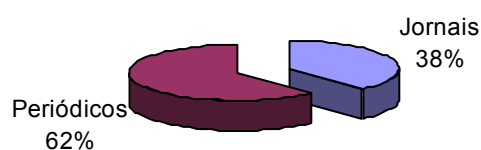
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE DADOS

4.1 Análise quantitativa e qualitativa dos dados

Neste capítulo, serão analisados os dados obtidos em cada um dos parâmetros de análise, especificados e detalhados no capítulo anterior. Esses dados serão apresentados em tabelas, seguidas de análise e apresentação de exemplos retirados do *corpus* de pesquisa, além de serem apresentados por meio de gráficos. No final do capítulo, será apresentado um perfil do apostro mais utilizado em jornais e em periódicos.

O gráfico abaixo evidencia a frequência de construções positivas em cada um dos gêneros textuais.

Gráfico 1: Total de ocorrências - Jornais e periódicos



Em todo o *corpus* de pesquisa, composto por 30 textos, foram encontradas 534 ocorrências, das quais 329 estão nos artigos científicos dos periódicos, correspondentes a 62%, e 205 nos textos dos jornais, correspondentes a 38%.

Com relação ao primeiro parâmetro de análise, *posição do apostro na oração*, verifica-se por meio das Tabelas 6 e 7 o número de ocorrências e a frequência. Esta foi calculada considerando os números obtidos nos textos das três universidades juntas, tanto nos jornais quanto nos artigos dos periódicos.

Tabela 6: Posição do aposto na oração - Jornais⁵

	Sujeito		Predicado		Frase nominal	
	N	%	N	%	N	%
UFRJ	26	46	48	36	00	00
UNICAMP	11	20	34	25	00	00
USP	19	34	52	39	15	100
Total	56	100	134	100	15	100

Os dados da tabela comprovam que é mais frequente o número de ocorrências no predicado ou, em termos funcionalistas, no *rema*. Pela análise dos textos dos jornais, os que obtiveram o maior número de ocorrências foram os retirados de jornais da USP (39%), seguidos de jornais da UFRJ (36%), e, por fim, da Unicamp (25%). Do total de ocorrências encontradas no sujeito ou *tema*, a maior frequência foi constatada na UFRJ (46%), em segundo lugar na USP (34%) e em terceiro na Unicamp (20%).

A informação encontrada no *rema* é, geralmente, considerada um *dado novo*. Conforme já discutido, Chafe (1976 *apud* PEZATTI, 2007, p. 181) acredita que a língua funciona apenas se o falante considera o que a pessoa com quem se comunica conhece. Com a grande utilização de aposto no *rema*, o texto apresenta maior grau de comunicação, pois é nessa porção que estão as informações que, supostamente, são desconhecidas do ouvinte e correspondem ao conteúdo que o locutor deseja que o leitor/ouvinte passe a conhecer. Além disso, é no *rema* que são desenvolvidas as ideias que são veiculadas pelo *tema*, onde estão as informações que se acredita já serem conhecidas ou podem ser recuperadas pelo contexto, ou seja, as *informações dadas*.

Ao serem encontrados apostos no *rema* há o desenvolvimento ou a expansão de termos encontrados no *tema*. Esse desenvolvimento configura-se como argumentação, pois um mesmo termo é comentado sob diferentes pontos de vista, mas de acordo com a focalização desejada pelo locutor. Além do mais, a própria construção apositiva é uma forma de reiterar ideias, pois duas expressões diferentes giram em torno de um centro, estabelecendo relação de equivalência (CÂMARA JR, 1997), determinando, assim, delimitação para o entendimento de uma expressão.

⁵ Nos quadros, foram utilizadas as expressões “Jornais” para referir-se aos textos jornalísticos de divulgação científica e “Periódicos” para referir-se aos textos do gênero artigo científico.

[63] Ele explica que, a partir da convergência tecnológica, o consumo sonoro se expande por diversos meios de comunicação, abrindo o mercado fonográfico a outros setores industriais, *como as empresas de telefonia*. (UFRJ – jornal 3)

[256] Também conta com uma obra que deverá ser lançada no seminário, *Na cena paulista: o teatro amador – Circuito alternativo e popular de cultura (1927-1945)*. (USP – jornal 3)

Em [63], a construção apositiva *como as empresas de telefonia* limita o sentido do termo fundamental *setores industriais*; expande, também, o sentido das ideias expressas no *tema* como as referentes à *convergência tecnológica e diversos meios de comunicação*. No exemplo [256], o termo fundamental, *obra*, encontra-se no *tema* e o aposto *Na cena paulista: o teatro amador – Circuito alternativo e popular de cultura (1927-1945)*, no *rema*. Para Meyer (1992 *apud* NOGUEIRA, 1999) a segunda unidade de uma construção apositiva sempre fornece, parcial ou completamente, uma informação nova relacionada com a primeira unidade, mesmo que ambas refiram-se a uma palavra ou expressão.

A respeito da função do aposto no gênero, foi constatado que nos jornais com textos de caráter de divulgação científica o interesse em utilizar o aposto no *rema* é tornar a pesquisa conhecida para a comunidade. Boa parte dos apostos que está no *rema* identifica obras, títulos de seminários e indica o cargo dos envolvidos na pesquisa. Isso faz parte de um dos objetivos do gênero que é dar satisfação à sociedade sobre as realizações dentro das instituições universitárias, que são mantidas com o dinheiro público.

Em artigos científicos, a tendência de o aposto ser localizado no predicado, nos termos da gramática tradicional, ou no *rema*, também foi comprovada.

Tabela 7: Posição do aposto na oração – Periódicos

	Sujeito		Predicado		Frase nominal	
	N	%	N	%	N	%
UFRJ	21	28	62	26	00	00
UNICAMP	34	46	103	43	11	79
USP	20	26	75	31	03	21
Total	75	100	240	100	14	100

No caso dos periódicos, os textos do jornal da Unicamp são os que apresentam maior incidência de apostos no *rema* (43%), seguidos da USP (31%) e UFRJ (26%), considerando o total de ocorrências das três instituições, ou seja, 240.

Com relação às ocorrências no sujeito (75), a Unicamp é a que tem o maior número (46%), seguida da UFRJ (28%) e da USP (26%).

Em artigos científicos o falante pressupõe a proeminência da descoberta científica proposta e, desse gênero, é esperado o uso de termos técnicos e definições de conceitos científicos que comprovam o rigor técnico. As construções apositivas prestam-se, então, para o discernimento de expressões que podem ser ambíguas, ainda que o público seja considerado de especialistas, uma vez que se espera precisão conceitual e definição de parâmetros de pesquisa.

[359] Triches e Giugliani (2007) definem a imagem corporal sob dois fatores: *estima corporal e insatisfação com o corpo*.

[58] Em qualquer período histórico, a constituição do jornalismo como uma instituição social pressupõe o desenvolvimento de diferentes tipos de sistemas: *apuração, produção, circulação e de financiamento*.

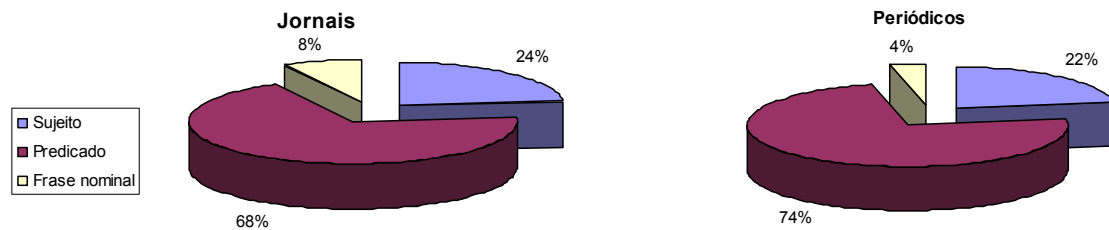
No exemplo [359], o aposto *estima corporal e insatisfação com o corpo* identifica quais são os dois fatores que definem a *imagem corporal*, segundo os autores citados. Ao utilizar esse recurso, o produtor da mensagem reitera, por meio do aposto, qual é o sentido de *dois fatores*, sem deixar dúvidas ao interlocutor a respeito do que trata. Em [58], o aposto e o fundamental encontram-se no *rema* e determinam a respeito de uma parte do jornalismo, no caso, *tipos de sistemas*.

Nesses exemplos, constata-se como é construída a referenciação, pelo fato de os *objetos-de-discurso* representarem um recorte do mundo segundo a intenção de quem produz o texto. Como a intenção é demonstrar os resultados de uma pesquisa, não se pode correr o risco de apresentar expressões que podem causar dúvidas, ainda que o público seja de pessoas que se espera que saibam tais termos, ou seja, de um público particular, conforme tratado em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

A argumentatividade é verificada ao ser delimitado a respeito do que é comentado: “*dois fatores*” deve ser entendido como “*estima corporal e insatisfação com o corpo*” e “*tipos de sistemas*” como “*apuração, produção, circulação e de financiamento*”. Dessa forma, o foco de quem lê o texto fica limitado e, no caso de artigos científicos, um especialista não poderá discordar do que foi escrito pelo seu colega, afirmando que determinado termo deve ser entendido por outra definição, uma vez que a delimitação já foi feita.

Os gráficos abaixo mostram o resultado, em porcentagem, das ocorrências em que as construções apositivas foram encontradas no predicado ou *rema*, no sujeito ou *tema* e em frases nominais, sem distinguir os jornais e periódicos de cada universidade.

Gráfico 2 : Posição do aposto na oração – jornais e periódicos



A partir da observação dos dados constata-se que os textos dos dois gêneros integrantes do *corpus* de pesquisa apresentam alto grau de dinamismo comunicativo e o aposto é um auxiliar na compreensão das informações novas, pois age como um reforço de uma necessidade de ação, ao reforçar o sentido do termo fundamental. O *rema* é tratado como orientado-para-o-ouvinte, realça a informação que é de algum modo *informação nova*. Essa provável informação nova não cobre somente o conteúdo factual, mas também atitudes, sentimentos e emoções.

Na Tabela 8, encontram-se os números resultantes da análise da *classificação do termo fundamental* nos jornais.

Tabela 8: Classificação do termo fundamental – Jornais

	Subst. Abstrato		Subst. Concreto	
	N	%	N	%
UFRJ	08	23	66	39
UNICAMP	14	40	31	18
USP	13	37	73	43
Total	35	100	170	100

O substantivo concreto é o mais frequente com 170 ocorrências e a maior quantidade e frequência foram encontradas em jornais da USP (43%), seguidas da UFRJ (39%) e, por último, da Unicamp (18%). As ocorrências em que o termo fundamental é um substantivo abstrato somam 35, com o maior número de ocorrências encontrado em textos do jornal da Unicamp (40%), em seguida em textos da USP (37%) e, por último, da UFRJ (23%).

Segundo Ilari e Neves (2008), o ato de referir é uma ação pragmática e cooperativa do falante que utiliza o substantivo para esse fim. Ao empregar um termo, o falante pretende dirigir a atenção do interlocutor para alguma entidade que ele pretende predicar, mediante uma identificação de um referente. Se a entidade é construtora, o uso de um termo introduz uma entidade no modelo mental do interlocutor. Se a referência é identificadora, o uso de um termo é apenas um modo de ajudar o interlocutor a identificar o referente que já esteja disponível em seu modelo mental. A construção da referência é verbalizada mediante o uso de SNs indefinidos, enquanto a identificação de referentes ocorre por meio de SNs definidos.

Ainda segundo os autores, os substantivos concretos referem-se a entidades de primeira ordem, isto é a referência mais prototípica dos substantivos (pessoas, animais, coisas) e têm as seguintes características:

- a) sob condições normais, são relativamente constantes quanto a suas propriedades perceptuais;
- b) são localizados em algum ponto no tempo e no espaço;
- c) são observáveis publicamente;
- d) podem ser avaliados em termos de sua existência. Assim podem ser alvo de atribuições de propriedades.

Entidades de segunda ordem designam estado de coisas (ações, processos, estados e posições) e se caracterizam por poder:

- a) serem localizadas no tempo e ter certa duração temporal;
- b) ocorrerem, e não por existirem;
- c) serem avaliadas em termos de sua realidade.

Entidades de terceira ordem designam entidades abstratas (crenças, expectativas, julgamentos) e têm as seguintes características:

- a) estão fora do espaço e do tempo;
- b) podem ser asseveradas, negadas, lembradas esquecidas;
- c) podem ser razão, mas não causa;
- d) podem apenas ser avaliadas em textos de suas condições de verdade e não de sua existência. São exemplos, ideia, crença e razão.

A essas entidades foi acrescentada uma de quarta ordem para se referir aos atos de fala. São as declarações, perguntas, exclamações e se referem a diferentes ilocuições que caracterizam os atos de fala.

Os substantivos concretos referem-se a entidades de primeira ordem, entidades reais ou imaginárias de existência independente (pessoas, lugares, animais, vegetais, minerais e coisas). O que caracteriza os substantivos concretos é o fato de terem referentes individualizados, enquanto os abstratos referem-se a entidades de segunda, terceira e quarta ordem, a seres de existência dependente, que se abstraem de outros referentes (ILARI & NEVES, 2007; BECHARA, 2009). A identificação das subcategorias *concreto* e *abstrato* tem implicação referencial e depende, portanto, dos plenos de funcionamento do substantivo: o SN, a sentença e o texto.

A tabela 8 mostrou que nos textos dos jornais são utilizados mais substantivos concretos. Além disso, a diferença entre substantivos abstratos e substantivos concretos é alta: 130 ocorrências a mais de substantivos concretos.

Nos textos dos jornais, já se discutiu que o objetivo é dar satisfação à comunidade em geral do que é feito dentro das universidades. Torna-se, então, importante divulgar o resultado dos trabalhos científicos, que muitas vezes resultam em seminários, em obras e em projetos realizados com a própria comunidade. Além disso, como o público desses textos não é especializado, é relevante, também, identificar os envolvidos no processo de pesquisa e os resultados obtidos. Esses resultados são mais evidentes como já se citou.

Sendo assim, há mais termos fundamentais substantivos concretos, especialmente títulos, cargos, nomes próprios, do que substantivos abstratos, os quais são ampliados por meio do aposto em caráter menos científico, pois não seguem as regras da ABNT para a indicação de autoria, por exemplo.

[389] A doutora em ciências sociais *Marineide Maria Silva* foi feliz no título que escolheu para a tese que apresentou na Unicamp em 9 de junho: *O mosaico do desemprego*, que bem sintetiza o conjunto de informações que colheu sobre o fenômeno do desemprego, principalmente junto aos próprios desempregados. (UNICAMP – jornal 2)

[354] Por seu lado, o autor também precisa de ajuda porque ele não coloca em primeiro lugar, numa hierarquia, valores morais, *como honestidade, amizade, respeito*. (UNICAMP – jornal 1)

No exemplo [389] os termos fundamentais são substantivos concretos, *doutora* e *tese*, e, também, seus respectivos apostos *Marineide Maria Silva* e *O mosaico do desemprego*, construções constituídas por *titulação + nome próprio* e *tipo de trabalho + título*, respectivamente. Nesses casos, a entidade para a qual é

dirigida a atenção é uma entidade construtora, pois introduz uma entidade no modelo mental do interlocutor. As entidades, no caso, são um nome próprio e o título de uma obra.

Em [354] o fundamental é um substantivo abstrato, *valores morais*, e o aposto, coincidentemente, também é composto por substantivos abstratos, *honestidade, amizade, respeito*. Por serem substantivos abstratos, pertencem às entidades de terceira ordem, que indicam crenças, expectativas, julgamentos. O aposto indica uma entidade identificadora, pois identifica o referente que está no modelo mental, mas especifica aqueles que mais contribuem para a produção da mensagem e convencimento do leitor.

Em periódicos, foi verificada a mesma tendência, mas a diferença em números e frequência entre as duas classificações é bem menor que a vista nos jornais, mesmo que o total de ocorrências seja maior.

Tabela 9: Classificação do termo fundamental – Periódicos

	Subst. Abstrato		Subst. Concreto	
	N	%	N	%
UFRJ	42	31	47	24
UNICAMP	52	38	93	49
USP	42	31	53	27
Total	136	100	193	100

Foram encontradas 193 ocorrências em que o termo fundamental é um substantivo concreto. Dessas ocorrências, a Unicamp tem o maior número (49%), seguida pela USP (27%) e pela UFRJ (24%). As ocorrências em que o fundamental é um substantivo abstrato somam 136 e, novamente, a Unicamp obteve o maior número (38%), seguida pela USP e UFRJ juntas (31%).

Com esses resultados, verifica-se que nos artigos científicos há uma espécie de equilíbrio entre a porcentagem de substantivos concretos e abstratos: 57 ocorrências a mais de substantivos concretos, comparando com as 130 ocorrências a mais de substantivos concretos em jornais.

[49] O que surpreende é ver como, muitas vezes, na definição dos meios como fontes emissoras, o circuito de distribuição de notícias (*imprensa, rádio e televisão*) ganha a forma de canais por onde se transporta uma determinada mercadoria às bancas ou às casas das pessoas. (UFRJ – periódico 2)

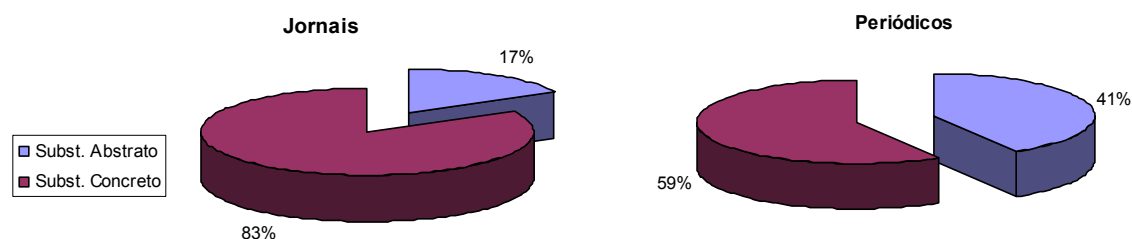
[367] A primeira com as sombras de três compleições físicas masculinas: *ectomórfico (alto e magro)*, *endomórfico (gordo ou arredondado)* e *mesomórfico (musculoso ou atlético)*, apresentados frontalmente e de perfil, com letras associadas (*A, B e C*) a cada biotipo. (UNICAMP – periódico 1)

Em [49] o fundamental, *o circuito de distribuição de notícias*, um substantivo concreto é definido de forma precisa pelo aposto *imprensa, rádio e televisão*. Em [367], o fundamental “*compleições físicas*” trata de um substantivo abstrato e é identificado por meio do aposto com termos técnicos: *ectomórfico*, *endomórfico* e *mesomórfico*. Em seguida, os próprios apostos são os termos fundamentais que são definidos por meio de paráfrases linguísticas com as características próprias de cada tipo físico relacionado à área do artigo, educação física.

O número equilibrado entre o fundamental ser um substantivo concreto ou abstrato pode ser devido às áreas dos artigos. Nesse sentido, os termos fundamentais e que serão expandidos e desenvolvidos correspondem a entidades, personalidades históricas, equipamentos de computador, por exemplo. Com o alto número de artigos da área de Ciências Humanas (Educação, Jornalismo, Psicologia, Ciências Sociais e Letras, por exemplo) e que tratavam de aspectos comportamentais, sociais e tecnológicos o resultado foi o equilíbrio entre a classificação do termo fundamental.

Nos gráficos abaixo é encontrada a porcentagem referente ao total de ocorrências em que o termo fundamental é concreto ou abstrato.

Gráfico 3: Classificação do termo fundamental – jornais e periódicos



Do total de ocorrências dos jornais (205), em 83% dos casos o termo fundamental era um substantivo concreto e somente 17% abstrato. Nos periódicos, do total de ocorrências (329), em 59% o termo fundamental era um substantivo concreto e 41% abstrato. Conforme constatado, tanto nos textos jornalísticos de divulgação científica quanto os artigos científicos, o termo fundamental é predominantemente concreto. Nos primeiros, pela necessidade do gênero de

mostrar os resultados de pesquisas, não abrindo espaço para termos próprios da área, concentrando-se mais nos resultados; nos segundos, pelo fato de as áreas das quais os artigos do *corpus* fazem parte serem predominantemente da área de Ciências Humanas e com temas comportamentais e tecnológicos, por exemplo.

Um aspecto divergente nas gramáticas tradicionais é a respeito da existência ou não de pausa entre o aposto e o fundamental. A maior parte delas (MELO, 1970; KURY, 2003; BECHARA, 2009) afirma categoricamente que pode ou não haver pausa. Outras (ALMEIDA, 1969; ROCHA LIMA, 1979; KURY, 1972, 2003) afirmam que não há pausa somente no caso do aposto de designação, como em *O poeta Olavo Bilac, O rio Tejo*. Nesta pesquisa, o interesse é verificar quais são as pausas mais utilizadas e em quais contextos não é utilizada pausa alguma.

As duas próximas tabelas demonstram os dados referentes à análise de pausa entre o fundamental e o aposto em jornais e periódicos, respectivamente.

Tabela 10: Pausa entre o fundamental e o aposto – Jornais

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
Ausência	29	39	15	33	34	40	78
Vírgula	33	43	15	33	22	26	70
Parênteses	08	11	11	24	15	18	34
Dois pontos	03	04	04	09	07	08	14
Travessão	02	03	00	00	07	08	09
Total	75	100	45	100	85	100	205

Nos textos retirados de jornais, considerando o total obtido nas três universidades juntas, o maior número foi de *ausência de pausa* entre o fundamental e o aposto (78 ocorrências). Em seguida, e não muito distante em número está a *vírgula*, com 70 ocorrências, e os *parênteses*, com 34 ocorrências. Analisando os jornais de cada universidade separadamente, nos textos dos jornais da UFRJ a preferência é pela *vírgula* (43%), seguida da *ausência de pausa* (39%). Na USP, o maior número de ocorrências é de *ausência de pausas* (40%) e a pausa preferida é a *vírgula* (26%). Na Unicamp, houve o mesmo número de ocorrências com *ausência de pausa* e *vírgula* (ambos com 33%). Os *parênteses*, a segunda pausa mais utilizada nos textos das três universidades, representam 11% do total de ocorrências da UFRJ, 24% da Unicamp e 18% da USP.

Segundo Bechara (2009), o enunciado se constrói com palavras e orações que se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas, sem as quais o enunciado estaria prejudicado na sua função comunicativa. Os sinais de pontuação procuram justamente garantir essa solidariedade sintática e semântica.

Nos jornais, em que são publicados os textos do gênero popularização da ciência, há mais ocorrências de aposto sem pausa. Isso provavelmente explique a maior utilização de apostos em que a relação textual-semântica é de identificação, especialmente quando se trata da construção *cargo ou ocupação + nome próprio*.

[178] A enfermeira *Renata Cristina da Penha Silveira* entrevistou 133 alunos do ensino fundamental da rede pública municipal de Ribeirão Preto entre agosto e setembro de 2006, nos períodos da manhã, tarde e noite. (USP – jornal 2)

Mais adiante, será discutido que a utilização de certas pausas, como parênteses e travessão, marcam uma delimitação sintática na oração, colocando em evidência a construção iniciada ou entre essas pausas. A ausência de pausa entre o fundamental e o aposto pode não indicar esse fechamento, introduzindo e agregando a construção à estrutura textual. Nesses casos, há justaposição, quando os elementos são dispostos linearmente. Esse expediente torna mais forte a relação entre os dois termos, pois não indica com uma marca que um é *cargo ou ocupação* e o outro é *nome próprio*. A finalidade é, provavelmente, tornar mais intensa a relação de equivalência: enfermeira = Renata Cristina da Penha Silveira. Para um público considerado leigo, a referência mais marcante é a profissão, que situa a pessoa na sociedade. Segundo Seide (2008), “o uso da profissão como recurso designativo foi precisamente a solução encontrada na Idade Média para se fazer referência singular num contexto socialmente complexo”.

Além disso, a ausência de pausa entre o fundamental e o aposto no caso dos textos de popularização da ciência pode explicar, também, o grande número de ocorrências em que há ausência de conectivo que antecede o aposto, como será visto à frente.

No caso da vírgula, a segunda pausa preferida, marca o aposto, delimitando um segmento de função equivalente, que se caracteriza, normalmente, por uma explicação ou uma avaliação. No exemplo abaixo, o aposto *filho do governador*

Bernardino de Campos configura uma explicação por meio da função textual-discursiva de identificação.

[447] Em São Paulo, por exemplo, Carlos de Campos, *filho do governador Bernardino de Campos*, tornou-se advogado da Light justamente no momento em que a empresa chegava ao Estado.

Diferentemente de quando não há pausa, a construção que é marcada entre as vírgulas torna-se mais individualizada e constitui-se visualmente como uma informação a mais para o leitor. Há uma quebra da estrutura sintática e essa quebra marca com maior clareza os blocos de sentido. As construções entre vírgula são as que devem interessar mais ao leitor, pois esclarecem o sentido do termo ao qual se referem.

Nos textos dos jornais os parênteses são a terceira pausa mais utilizada e, segundo Bechara (2009), são caracterizados por fazerem comentários avaliativos e esclarecerem termos simples. Além disso, uma provável função dos parênteses é apresentar a informação de modo mais objetivo, rápido, como no exemplo a seguir.

[04] Na quadragenária Faculdade de Educação, as 26 licenciaturas enviam 1.200 alunos por ano para um estágio final (**Prática de Ensino**) às escolas. (UFRJ – jornal 1)

Em [04] o aposto *Prática de Ensino* esclarece o sentido do termo fundamental *estágio final*, sem precisar elaborar, por exemplo, uma nova oração para explicar o fundamental. Em textos de caráter jornalísticos e, também, para um público que é considerado leigo, as construções linguísticas mais apropriadas são aquelas que têm simplicidade e a objetividade e, assim, procuram tornar o texto mais didático e dinâmico. A marcação do aposto por meio de parênteses, demarcando a expressão, é mais forte do que a marcação com a utilização de vírgulas.

Os dois pontos e o travessão são as duas últimas pausas mais utilizadas, respectivamente, nos dois gêneros textuais. Os dois pontos são empregados em enumerações, explicações e nas expressões que apresentam uma quebra da sequência das ideias. O travessão indica uma pausa mais forte que a vírgula, podendo substituí-la assim como os parênteses.

[164] Em *A cultura da juventude*, o sociólogo e professor da ECA *Waldenyr Caldas* analisa e contextualiza as profundas mudanças sociais que advieram do surgimento de um importante e determinante ator social a partir da década de 50: *o jovem*. (USP – jornal 1)

[169] Todas as modificações das quais tratamos aqui emanaram dos Estados Unidos e dali proliferaram para o mundo, o Brasil – *país periférico naqueles distantes anos 50* – incluído, preparando-se para a bossa nova e, mais tarde, para jovens guardas e tropicalismos que viriam a confirmar tudo o que estava acontecendo e, por outro lado, a ser a negação que reforça a ideologia. (USP – jornal 1)

Na ocorrência [164], a menção do aposto *o jovem* vem depois de ter sido criada uma expectativa para saber quem era o *ator social*, termo fundamental da construção.

No exemplo [169] o aposto está identificado entre os parênteses e constitui-se numa espécie de explicação histórica do fundamental *Brasil*. A escolha desse aposto não foi à toa, pois esclarece um dado da história que, provavelmente, é conhecido do leitor, mas que é necessário ser recuperado da memória discursiva para melhor compreensão do texto. A referenciação é feita com propósitos comunicativos para lembrar que o Brasil já foi considerado um país menos importante do que é hoje.

Tabela 11: Pausa entre o fundamental e o aposto - Periódicos

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
Ausência	15	17	30	21	25	26	70
Vírgula	20	23	42	29	24	25	86
Parênteses	20	23	47	32	21	22	88
Dois pontos	23	27	24	17	10	11	57
Travessão	10	10	03	01	15	16	28
Total	88	100	146	100	95	100	329

Nos periódicos as pausas mais utilizadas, levando em conta o total obtido com os artigos das três universidades, são os parênteses (88 ocorrências), seguidos da vírgula (86 ocorrências). Diferentemente do gênero anterior, a ausência de pausas ocupa o terceiro lugar (70 ocorrências). Com o enfoque em cada instituição separadamente, a UFRJ tem preferência por dois pontos (27%), a Unicamp por parênteses (32%) e no caso da USP há maior ocorrência de ausência de pausa (26%) seguida da preferência pela vírgula (25%).

Nos periódicos, a pausa mais utilizada foi os parênteses e, considerando as informações já mencionadas a respeito dessa pausa, a função é assinalar um isolamento sintático e semântico mais completo dentro do enunciado e dar mais destaque ao que será esclarecido ou comentado. No caso dos artigos científicos, a função dos parênteses é, predominantemente, esclarecer termos técnicos, conceitos, regras ou parâmetros de análise, conforme os exemplos abaixo.

[43] Mal um produto jornalístico fica pronto (*jornal, revista, radiojornal, telejornal, noticiário para web*) começa um dos maiores desafios existentes no jornalismo enquanto uma atividade industrial complexa: *distribuir as informações pelos mais diversificados canais para que alcancem o máximo possível de pessoas*. (UFRJ – periódico 2)

[46] Até aqui, mais de 300 anos depois da defesa da primeira tese de doutorado em jornalismo (1690), a circulação é uma das áreas menos tratadas pela literatura especializada, com prejuízos para a compreensão da dinâmica do jornalismo como um complexo de sistemas integrados (*apuração, produção, circulação e financiamento*). (UFRJ – periódico 2)

Esse esclarecimento, que estabelece uma relação de equivalência, em que *produto jornalístico = jornal, revista, radiojornal, telejornal, noticiário para web e sistemas integrados = apuração, produção, circulação e financiamento*, configura-se, também, como uma forma de argumentação, pelo fato de dizer àqueles que leem o artigo que os termos fundamentais devem ser entendidos conforme foram especificados. Isso evita que estudiosos da mesma área, mas seguidores de linhas de pesquisa diferentes, contestem a pesquisa realizada.

Em números, a vírgula não está muito distante dos parênteses: 86 ocorrências para a primeira e 88 para a segunda. A vírgula também pode assinalar a interrupção de ideias, isolando uma definição, esclarecimento ou comentário. Esse isolamento, levando em conta uma espécie de gradação entre as pausas, é mais sutil que a dos parênteses e dois pontos, mas chama a atenção para o que está escrito.

[84] No entanto, o procedimento mais freqüente desde então tem sido a descoberta de moléculas novas pelas universidades e o patenteamento de isômeros, *moléculas funcionalmente semelhantes mas ligeiramente diferentes em sua estrutura*, pelos laboratórios. (UFRJ – periódico 2)

[200] O coeficiente da região sudeste foi positivo e significativo, possivelmente refletindo uma melhor infra-estrutura de saúde, *como hospitais, centros de saúde, equipamentos e programas preventivos*. (USP – periódico 2).

A vírgula também estabelece uma relação de equivalência, como a exemplificada nas ocorrências [43] e [46]. Nos artigos científicos, porém, se verifica que essa equivalência exerce a função de esclarecer termos técnicos, conceitos, regras, como no caso da ocorrência [84], em que há definição do que são *isômeros*. A vírgula pode ainda introduzir um exemplo, como em [200], função essa muito parecida com a dos parênteses.

A ausência de pausa é a terceira preferência em números e em artigos científicos. Cumpre a função de identificar parâmetros de análise da pesquisa divulgada e, em alguns casos, nomes de livros ou personalidades.

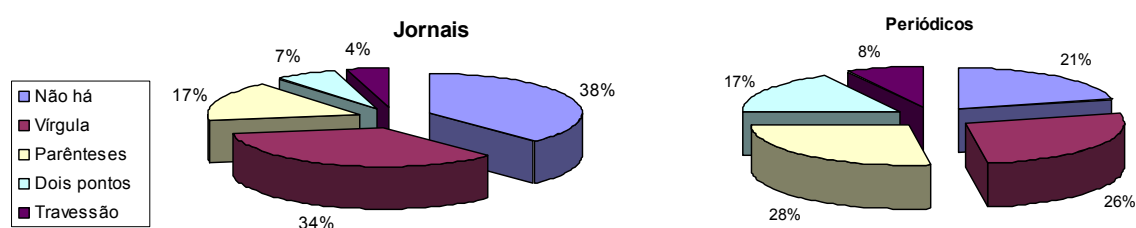
[151] O texto seria, então, o ponto de apoio para o tripé *leitura/escuta análise lingüística produção*.

[165] No arquivo, de uma maneira geral, existem 1036 peças sob o registro de gênero *Teatro de revista* e 2837 registros do gênero *Comédia*. (USP – jornal 1)

No primeiro exemplo, a ausência de pausa indica o sentido de uma especificação do termo fundamental *tripé*, que no artigo analisado diz respeito a *leitura/escuta, análise lingüística e produção*. No segundo exemplo, a ausência de pausa demonstra a especificação dos tipos de gênero que constituem parâmetros de análise na pesquisa. A ausência de pausa, assim como a ausência de conectivo, não indica falta de relação entre os termos, uma vez que, nesses casos, a relação é implícita.

Após comparar cada gênero textual separadamente, os gráficos abaixo demonstram a comparação em porcentagem do total de ocorrências encontradas nos textos de cada universidade.

Gráfico 4: Pausa entre o fundamental e o aposto – jornais e periódicos



A partir da análise dos gráficos, verifica-se que nos textos dos jornais há maior incidência de ausência de pausa (38%) e a pausa mais utilizada é a vírgula (34%) seguida pelos parênteses (17%). No caso dos periódicos, inverte-se um pouco a situação, pois há maior incidência de utilização de parênteses (28%), seguidos da vírgula (26%) e a ausência de pausa fica com a terceira maior porcentagem (26%).

Nos jornais, a ausência de pausa obteve mais ocorrências devido à necessidade de identificar pessoas envolvidas na pesquisa e os resultados que se

constituem, muitas vezes, em obras e seminários. A vírgula e os parênteses indicam explicação, avaliação, exemplificação e de forma mais demarcada, demonstrando maior clareza. Além do mais, os parênteses tendem, nesse gênero, tornar o texto mais objetivo.

Nos periódicos, os parênteses foram a pausa mais recorrente e indicam um esclarecimento e também equivalência entre os termos que fazem parte da construção apositiva. A ideia de objetividade, nesse gênero, fica em segundo plano. A vírgula foi a segunda pausa em preferência e assinala interrupção de ideias, com função de isolar definições, função relevante nos artigos.

Nas duas tabelas seguintes, há o número de ocorrências do parâmetro *conectivo que antecede o aposto*. Há caso de conectivos que foram encontrados somente em um texto e em um dos gêneros, mas nos dois quadros é feita referência a todos os conectivos encontrados nos textos do *corpus*.

Tabela 12: Conectivo que antecede o aposto – Jornais

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
Ausência	57	78	31	68	82	97	170
Então	00	00	00	00	00	00	00
Como	15	20	11	24	02	02	28
Por exemplo	00	00	00	00	00	00	00
Ou	01	01	01	02	01	01	03
Também	01	01	00	00	00	00	01
Tais como	00	00	01	02	00	00	01
Sobretudo	00	00	01	02	00	00	01
Isto é	00	00	00	00	00	00	00
Ou seja	00	00	01	02	00	00	01
Como, por exemplo	00	00	00	00	00	00	00
A saber	00	00	00	00	00	00	00
Total	74	100	46	100	85	100	205

Na tabela acima, ao considerar as ocorrências das três universidades, a ausência de conectivos é a que obteve o maior número de ocorrências. Considerando o número de ocorrências em cada universidade isoladamente, a USP obteve a maior porcentagem em ausência de pausas (97%), em seguida a UFRJ (78%) e a Unicamp (68%). O conectivo mais utilizado foi *como*, correspondente a 20% das ocorrências da UFRJ, 24% da Unicamp e 2% da USP. O terceiro lugar em preferência dentre os critérios estabelecidos para os parâmetros em questão e, além disso, a segunda pausa mais utilizada, considerando aquelas que obtiveram mais de

1% no total, está o conectivo *ou*, que obteve uma ocorrência em cada universidade, mas porcentagem equivalente a 01% na UFRJ e USP e 2% na Unicamp, considerando as instituições separadamente.

Segundo Costa (2008), conectores são elementos lexicais usados para estabelecer conexão entre aquilo que precede ao que segue. Nesse sentido, a presença de um conectivo em uma construção apositiva expressa uma relação semântica entre o fundamental e o aposto. Ainda que exerçam um papel importante nessa relação a maior parte de ocorrências dos jornais é de ausência de conectivos. Isso explica, mais uma vez, os vários casos em que a *função textual semântica* predominante nesse gênero textual é de *identificação*. Além disso, mesmo sem o conectivo, a relação de equivalência e referência entre o fundamental e o aposto é realizada, conforme foi analisado no parâmetro anterior com os exemplos [43] e [46].

Nos casos de ausência de conectivo, como comentado, a relação entre os termos é feita de forma implícita. Da mesma forma, a argumentatividade está implícita, pois o aposto e o termo fundamental confundem-se com relação ao sentido das noções escolhidas (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Ainda a respeito dos textos dos jornais, o conectivo *como* apresentou o segundo maior número de ocorrências. A ideia transmitida por esse conectivo e que interessa a esta pesquisa é a introdução de exemplificações e a indicação de co-designação.

[352] Os dados já tabulados permitiram concluir que 10, 15, 20% dos alunos já sofreram ou se dizem vítimas de *bullying* na escola, porcentagens que são ainda maiores em relação a determinadas situações, *como apelidos e referências à família*. (UNICAMP – jornal 1)

O propósito, nesse caso, é de comparação e há co-designação uma vez que o autor escolhe dentro de um grupo (*determinadas situações*) certos elementos que irão ilustrar melhor a respeito do que é tratado. Há, também, argumentação, pois são escolhidos elementos que provavelmente são desconhecidos ou aos quais é creditado menos valor com relação ao assunto do texto. No exemplo [352], o assunto é *bullying*, que é um caso de violência e dentro dessa violência estão os *apelidos e referências à família*. Nesse mesmo exemplo, também é possível ver com clareza um caso de referenciação, pelo fato de terem sido escolhidos exemplos de termos que normalmente as pessoas não configuram como violência verbal.

Isto é	01	01	00	00	02	02	03
Ou seja	00	00	04	03	04	03	08
Como, por exemplo	00	00	03	02	01	01	04
A saber	00	00	00	00	01	01	01
Total	89	100	145	100	95	100	329

No caso dos artigos científicos, a variedade de conectivos utilizados é maior do que a utilizada nos jornais. Houve, assim como no outro gênero, maior número de casos com ausência de conectivos. A partir dos percentuais, calculados com base nos dados obtidos nos textos dos periódicos de cada universidade separadamente, a Unicamp obteve maior número de ocorrências com ausência de conectivos (107), mas porcentagem de 74%, menor que a UFRJ e a USP que obtiveram 73 ocorrências cada, mas porcentagem de 83% e 78%, respectivamente. Como pode ser observado na tabela, a variação de conectivos utilizados pela Unicamp é maior, o que divide as porcentagens das ocorrências nessa instituição.

Fora a ausência de conectivos, *como* foi o mais utilizado, com 16 ocorrências na Unicamp, o equivalente a 11% do total de ocorrências dos textos analisados dessa instituição; 13 ocorrências na USP ou 14%; e 12 ocorrências na UFRJ ou 13% do total da instituição. Em seguida, o conectivo *ou seja* obteve a terceira preferência nas ocorrências totais (08), havendo casos somente em artigos da Unicamp e USP, cada uma com 04 ocorrências, correspondentes a 3% do total de cada instituição.

Não muito distantes no número total estão os conectivos *ou* e *tais como*, cada um com 07 ocorrências do total. O primeiro foi utilizado somente pela Unicamp, 07 ocorrências ou 05% do total da universidade; e o segundo foi encontrado em uma ocorrência nos artigos da UFRJ e USP e em cinco ocorrências na Unicamp.

O conectivo *como* é utilizado com frequência nos periódicos assim como nos jornais. Da mesma forma que no gênero anterior, nesse as ideias de indicar introdução de exemplificação e co-designação são as de interesse para esta pesquisa. Juntamente com esse conectivo, será analisada a utilização de *por exemplo* que, da mesma forma que o conectivo *como*, também indica exemplificação e co-designação, mas, no primeiro, há destaque de um elemento sobre o outro. De acordo com Costa (2008), em estudo sobre a gramaticalização de *por exemplo*, o conectivo foi considerado jantor nas ocorrências em que era apositivo, já que nessa função o objeto linguístico conecta unidade base à unidade apositiva.

[409] A camada intermediária compõe-se do pequeno negócio familiar urbano (*comércio e serviços*) e da média classe média, assalariada ou autônoma (*por exemplo, ocupações técnicas e científicas de nível médio; ocupações de defesa nacional e segurança pública; mestres e contramestres, etc.*).

[534] Grande parte das ações preconizadas pelo Ministério de Saúde para o atendimento da adolescente grávida refere-se a processos educativos, *como treinamento dos profissionais, esclarecimentos à família, fornecimento de informações sobre planejamento familiar, esclarecimentos sobre gravidez, parto, cuidados com o bebê e amamentação, entre outros*, e à formação de uma "equipe multiprofissional, com disponibilidade, flexibilidade e sensibilidade para atender às necessidades dos adolescentes" (Brasil s/d, p. 13). (UNICAMP – periódico 5)

O exemplo [409] ilustra a conexão entre fundamental e aposto ao exemplificar que no grupo *assalariada ou autônoma* estão as ocupações mencionadas na última porção da frase, após o conectivo *por exemplo*. Dentro de um grupo maior que constitui a classe média assalariada ou autônoma, foram escolhidos alguns exemplares, considerados os mais representativos para o objetivo proposto no artigo, que tratava sobre a satisfação ou falta de satisfação do brasileiro com sua remuneração. Essa escolha demonstra mais uma vez a referenciação, por demonstrar a escolha de certos termos em favor do convencimento do outro.

O exemplo [534], também constitui uma exemplificação, mas a utilização de *como* é menos explícita do que quando é utilizado *por exemplo*. Não é por acaso que a construção "como, por exemplo" foi encontrada em 04 ocorrências.

O conectivo *ou*, quando empregado não como um conectivo coordenativo, apresenta valores semelhantes aos de *ou seja*. Em geral, introduz as reformulações em que se busca uma expressão mais apropriada para designar um conteúdo.

[525] Ao biologizar (*ou medicalizar*) a sexualidade feminina, a maternidade torna-se a plena realização do "ser mulher", o que imprime a esse fato um caráter "natural". (UNICAMP – periódico 5)

Outro conectivo que indica exemplificação, mas semanticamente mais fraco que o *por exemplo*, é o *tal como*, encontrado no *corpus* somente no plural e constitui-se, também, uma comparação.

[350] O estudante era solicitado a indicar as intimidações que mais o incomodavam, *tais como apelidos, gozações, assédio moral*, utilizando pessoas da família. (UNICAMP – jornal 1)

A expressão *ou seja* subdetermina que o segmento por ela introduzido seja visto como uma reformulação, uma formulação alternativa para o segmento anterior.

[533] E, em terceiro lugar, propiciar a crítica do presente no sentido de produção de alternativas concretas, *ou seja, de ação sobre a realidade*. (UNICAMP – periódico 5)

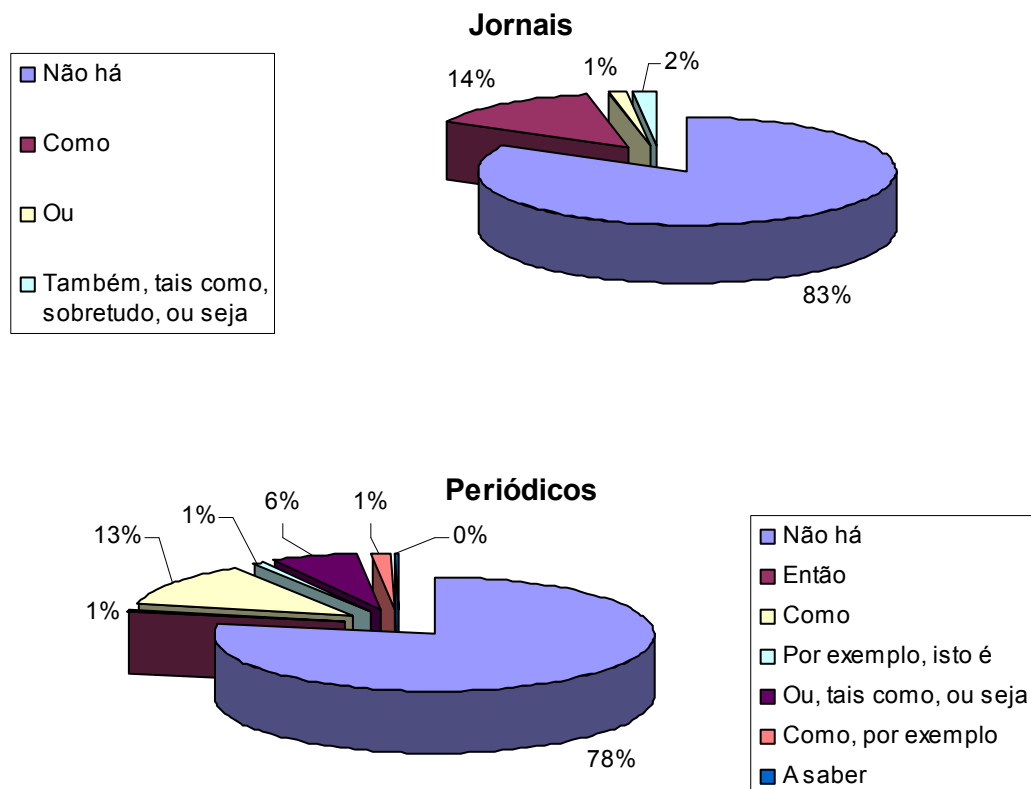
Em [533] o autor deixa explícito com a utilização de *ou seja* que *produção de alternativas concretas* deve ser entendido, em outras palavras, como *ação sobre a realidade*.

O conectivo *então* representa dois casos e identificados somente nos periódicos. Esse conectivo pode expressar uma relação lógica de causa-consequência. Nas ocorrências em que ele foi encontrado, porém, não havia essa relação, mas a ideia de tempo passado, como no exemplo abaixo.

[132] Casada com Paulo Bittencourt, *proprietário e diretor do Correio da Manhã*, Niomar Muniz Sodré, *então diretora do museu*, organiza uma série de atividades que dinamizam a vida artística carioca. (UNICAMP – periódico 4)

Resta, por fim, analisar o número total de ocorrências de cada gênero, o que será feito a partir da observação dos gráficos abaixo.

Gráfico 5: Conectivo que antecede o aposto – jornais e periódicos



É possível, inicialmente, verificar que nos periódicos há maior diversidade de utilização de conectivos, ainda que nos gráficos alguns tenham sido agrupados e as ocorrências somadas, como é o caso de *também, tais como, sobretudo, ou seja* na legenda dos jornais. Além disso, verifica-se que nos dois contextos há maior ausência de conectivos, 83% nos jornais e 78% nos artigos dos periódicos. O conectivo mais utilizado é *como* com 14% nos jornais e 13% nos periódicos.

Esse resultado demonstra que em uma construção apositiva a relação de sentido entre o termo fundamental e o aposto não precisa ser realizada de forma explícita com o auxílio de um conectivo. Além disso, a alta utilização do conectivo *como*, indica que a exemplificação é um recurso muito utilizado tanto em jornais quanto em periódicos.

Na análise dos dados obtidos com o parâmetro *Relação textual-semântica*, verifica-se que nos dois gêneros há preferência pelas relações de correferência e inclusão.

Tabela 14: Relação textual-semântica - Jornais

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
Correferência	50	69	25	55	63	72	138
Sinonímia	03	04	05	11	04	05	12
Atribuição	03	04	03	07	11	13	17
Inclusão	17	23	12	27	09	10	38
Total	73	100	45	100	87	100	205

A *correferência* é a relação mais recorrente, considerando as ocorrências dos textos das três instituições juntas (138). Ao analisar essa relação dentro do número de ocorrências de cada jornal, a USP é a que obteve maior número de casos de *correferência* (72%), seguida da UFRJ (69%) e da Unicamp (55%). A segunda relação textual-semântica preferida é a *inclusão*, totalizando 38 ocorrências das três universidades juntas. Separadamente, verificou-se que na UFRJ e na Unicamp há maior ocorrência de *inclusão*, com 23% e 27%, respectivamente. A segunda relação mais recorrente na USP é a *atribuição*, que corresponde a 13% do total de ocorrências nos jornais dessa instituição⁶.

A preferência pela *correferência* demonstra que a identidade referencial é a propriedade prototípica da construção apositiva. A referência, na maior parte dos

⁶ A análise por meio de exemplos da relação textual-semântica será realizada juntamente com a análise da função textual-discursiva, conforme foi realizado nos demais parâmetros de análise neste capítulo.

casos, não é a referência estrita, mas é a realizada por meio do conhecimento dos interlocutores, que fazem parte do mesmo contexto cultural. É, especialmente, no caso da *correferência* que se justifica afirmar que, por meio do aposto, há referência, ou seja, a referência que é realizada no discurso por meio da escolha de *objetos-de-discurso* mais apropriados à mensagem que será transmitida.

No caso dos jornais, o alto número de casos de *correferência* foi obtido especialmente pela *função textual-discursiva* de *identificação*, que nos textos estudados têm, especialmente, o propósito de identificar pessoas envolvidas nas pesquisas, seus cargos e títulos, bem como nomes de obras, seminários e projetos.

Considerando o total de ocorrências das três universidades juntas, a segunda relação preferida é a *inclusão*, identificada nas *exemplificações*, *particularizações* e *generalizações*. Essa relação obteve várias ocorrências, provavelmente, porque tem a função de aumentar o estoque de informações disponíveis no conhecimento enciclopédico do leitor e de identificar exemplares que servem para ilustrar categorias ou grupos.

Em jornais, a terceira relação com a maior frequência é a *atribuição*, com número de ocorrências próximo da *sinonímia*. A primeira, verificada por meio da *avaliação*, nem sempre é composta por atribuições claras, muitas vezes trata-se de comentários sutis que indicam um posicionamento do autor diante do termo fundamental. Segundo Ferreira (2010, p. 86), a retórica trata as questões, sobretudo, por meio do apelo à emoção. Assim, a relação de *atribuição* procura argumentar ao tocar no emocional.

A *sinonímia* é empregada com o propósito de conferir ao texto maior precisão conceitual e, em alguns casos, acentuar um caráter didático, especialmente no caso das paráfrases linguísticas, que definem os termos aos quais se referem.

A tabela 15 mostra os resultados obtidos nos artigos científicos retirados de periódicos.

Tabela 15: Relação textual-semântica – Periódicos

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
Correferência	42	46	65	46	45	47	152
Sinonímia	18	20	21	15	12	12	51
Atribuição	11	15	20	14	11	12	42
Inclusão	20	19	36	25	28	29	84
Total	91	100	142	100	96	100	329

Nos artigos científicos, a *correferência* também é a *relação textual-semântica* com mais ocorrências, correspondendo a 152 do total. Ao restringir a análise ao total das ocorrências de cada instituição, a Unicamp é a que obteve o maior número de ocorrências de correferência (65, o que corresponde a 46%), seguida da USP (45 ocorrências correspondentes a 47%) e da UFRJ (42 ocorrências correspondentes a 46%). A segunda relação mais observada foi, mais uma vez, a *inclusão*, que corresponde a 25% do total de ocorrências da Unicamp, 29% das ocorrências da USP e 19% das ocorrências da UFRJ. As relações de *sinonímia* e *atribuição* obtiveram o terceiro e o quarto lugares, respectivamente, em número de ocorrências.

A relação de *correferência*, além das características próprias independentes do gênero textual, exerce a função, nos periódicos, de exatidão dos termos e informações. Além disso, por meio das *paráfrases referenciais*, são mostradas, de certa forma, orientações técnicas que levaram a certas conclusões dentro da própria pesquisa.

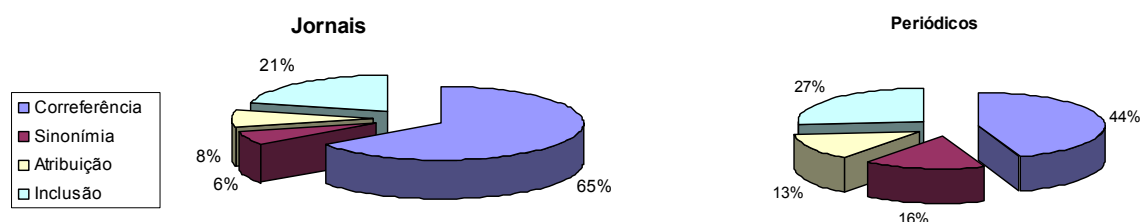
Os artigos científicos precisam convencer que a pesquisa divulgada atingiu os objetivos propostos. Por meio da *inclusão* é possível cercear as possíveis opiniões contrárias, ao comprovar a visão adotada de determinado aspecto, termo, regra ou dados por meio de exemplos e particularizações.

A *sinonímia* é uma forma de precisar termos técnicos por meio de definições e, ao mesmo tempo, mostrar fidelidade à área e à linha de pesquisa.

Apesar de artigos serem um gênero textual em que deve prevalecer a linguagem impessoal, houve muitos casos de *atribuição* que é representada pela função textual-discursiva de *avaliação*. No caso dos artigos científicos, essa relação constitui-se como um comentário técnico, mas tendencioso, em que o pesquisador mostra outro ponto de vista por meio de porcentagens ou conceitos, por exemplo.

Os gráficos abaixo demonstram a comparação entre o total de cada gênero.

Gráfico 6: Relação textual-semântica – jornais e periódicos



Nos periódicos verifica-se que há uma distribuição mais regular de cada relação, comparando com os jornais. Neste caso, verifica-se que a *correferência* é disparadamente a mais encontrada (65%), com uma diferença grande para a segunda, a *inclusão* (21%). Nos periódicos, a *correferência* também é a preferida, mas com 44% não muito distante dos 27% da segunda preferência, a relação de *inclusão*.

O último parâmetro a ser analisado é *Função textual-discursiva*, cujos dados seguem nas duas tabelas seguintes.

Tabela 16: Função textual-discursiva - Jornais

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
A – Identificação	47	60	21	42	57	66	125
A – Reform. – paráfrase referencial	03	04	04	09	08	09	15
A – Reform. - Correção	00	00	00	00	00	00	00
B – Reform. – paráfrase linguística	02	03	05	11	03	03	10
B – Reform. – Correção	01	01	00	00	01	01	02
C – Avaliação	02	03	03	07	10	12	15
D – Exemplificação	15	21	12	27	03	03	30
D – Particularização	03	08	00	04	05	06	08
D – Generalização	00	00	00	00	00	00	00
Total	73	100	45	100	87	100	205

Os dados do Quadro 15 comprovam que a função mais utilizada é a de *identificação* (125 ocorrências), seguida da *exemplificação* (30 ocorrências) e da *paráfrase referencial* e da *avaliação* (ambas com 15 ocorrências). Ao analisar cada universidade separadamente, há algumas diferenças quanto às funções preferidas identificadas no total. Nos jornais da UFRJ, a *identificação* representa 60% do total de ocorrências dessa instituição, em seguida está a *exemplificação* (21%) e a *particularização* (8%). Na Unicamp, a *identificação* e a *exemplificação* também assumem as preferências (42% e 27%, respectivamente). Na USP, a *identificação* também é a relação preferida (66%), em seguida está a *avaliação* (12%) e a *paráfrase referencial* (9%).

A característica principal da *identificação* é especificar de um modo preciso o termo fundamental no aposto. Em geral, a primeira construção faz uma referência, direcionando a atenção para o conteúdo da segunda unidade da construção apositiva. Cumpre ressaltar que a *identificação* diz respeito ao papel da segunda unidade da aposição com relação à primeira e corresponde à relação textual-semântica de *correferência*.

[345] Linha de pesquisa coordenada pela professora *Luciene Regina Paulino Tognetta*, do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp, investiga a ocorrência de atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, entre alunos de escolas públicas e particulares da região metropolitana de Campinas. (UNICAMP – jornal 1)

[355] Para que o aluno possa pensar como resolver essas situações de *bullying* e que regras devem regular a convivência na escola, as intervenções devem se dar nos três grupos: *o dos agressores, o das vítimas e a dos espectadores*. (UNICAMP – jornal 1)

No exemplo acima, é mostrado o tipo mais comum de *identificação* encontrado nos jornais, em que há identificação do *cargo ou ocupação + nome próprio*, construção essa ilustrada pelo termo fundamental *professora* e pelo aposto *Luciene Regina Paulino Tognetta*. A *correferência* foi realizada pelo produtor do texto que mostra para a comunidade quem é uma das profissionais envolvidas na pesquisa, informação relevante para o público que, supostamente, desconhece quem faz pesquisa.

O exemplo [355] demonstra outro tipo de *identificação* em que um termo genérico, no caso o fundamental *três grupos*, é especificado por meio do aposto *o dos agressores, o das vítimas e o dos espectadores*.

A *exemplificação* foi a segunda relação em preferência, considerando o total de ocorrências das três universidades juntas. Essa relação nos jornais tem o propósito de tornar o texto mais didático, uma vez que a relação entre os interlocutores é considerada assimétrica. Segundo Ferreira (2010, p. 79), o exemplo é uma prova indutiva, especifica algo e propicia a comparação. Consegue provar porque conduz a um tipo de raciocínio extraído, dentre outros, dos fatos cotidianos, históricos e narrativos.

[430] Segundo o pesquisador do Nepp, as novas pesquisas também permitirão verificar se o poder público vem oferecendo programas complementares aos beneficiários, *como de saúde e de qualificação*. (UNICAMP – jornal 3)

A referenciação no exemplo [430] acontece por meio da escolha dos termos que são mais propícios ao objetivo de quem produz a mensagem. O texto em que se encontra a ocorrência trata a respeito de uma pesquisa sobre os benefícios dos programas de transferência de renda, e foram escolhidos exemplos que são próximos do leitor considerado leigo e são comuns a qualquer pessoa. O leitor deverá, então, entender que *programas complementares* são, especialmente, *de saúde e de qualificação*. Nesse sentido, o aposto é, ao mesmo tempo, argumentativo, pois leva a igualar e aproximar o sentido do termo fundamental ao sentido do aposto, restringindo a visão do leitor ou fornecendo a ele uma informação que ele não dispõe.

Por meio da avaliação, a terceira função textual-discursiva preferida, o autor explicita suas atitudes, crenças e julgamentos em relação ao que escreve. De acordo com Ferreira (2010), como o discurso retórico se dirige ao homem, no sentido mais amplo, persuadir leva em conta a dotação humana das faculdades, sentimentos, impulsos e paixões. Sendo assim, uma das formas de convencer o público é por meio de comentários de caráter avaliativo.

[173] Afinal, se aqueles jovens já tinham um “uniforme” – *a indefectível calça jeans, até hoje vestimenta padrão e despojada, apesar dos preços nas nuvens de zoomps e quetais* – e o *rock* como fundo musical, necessitavam de ídolos nos quais eles pudessem se inspirar e com os quais pudessem se identificar. (USP – jornal 1)

No exemplo acima, a avaliação é realizada entre travessões, dando destaque para a construção. Além disso, a avaliação é realizada por meio de uma crítica aos altos preços das calças jeans, citando, inclusive, uma marca, mesmo que existam outras com preços mais acessíveis.

Com o mesmo número de ocorrências da *avaliação*, a *paráfrase referencial* também é a terceira função mais identificada. Por meio de paráfrases referenciais, o autor rerepresenta o referente da primeira unidade apositiva de uma perspectiva diferente ou identificando alguma característica considerada relevante por motivos de informação.

[425] O benefício concedido por programas de transferência de renda *como o Bolsa Família (federal) e o Renda Cidadã (estadual)* pode parecer pouco, mas é um dinheiro que faz a diferença para esta população pobre, segundo pesquisa realizada junto a 400 famílias das cidades de Itaquaquecetuba e Ferraz de Vasconcelos, na Região Metropolitana de São Paulo, e Monte Mor e Engenheiro Coelho, na Região Metropolitana de Campinas. (UNICAMP – jornal 3)

Em [425] as paráfrases referenciais estão entre parênteses: *federal* e *estadual*. Por meio delas, são transmitidas as informações sobre qual esfera é responsável pelo pagamento dos benefícios mencionados, dado importante para demonstrar que nem tudo é pago pelo governo federal, especialmente quando esse texto é a transposição de uma pesquisa realizada a respeito dos benefícios dos programas de transferência de renda. Nesse exemplo, há demonstração clara da natureza centrípeta do aposto, uma vez que o aposto cuja função é de paráfrase referencial (*federal* e *estadual*), está inserido no aposto de exemplificação (*como o Bolsa Família e o Renda Cidadã*), referente ao termo fundamental *programas de transferência de renda*.

Nas *particularizações* há o objetivo de mostrar, como destaque, parte do conjunto de referentes designados pela primeira unidade. Funcionam como estratégia de focalização de parte do conjunto de referentes do discurso designados pela primeira unidade.

Algumas posições parafrásicas linguísticas encontram-se nas definições, em que se busca estabelecer uma relação de equação ou equivalência, com o propósito de dar sentido ao conceito. Nos textos de jornais, essa função é relevante, pois também exerce caráter didático, tornando o texto mais fácil de compreensão por parte do público desses textos, que é considerado leigo.

[40] O *e-book* ainda é para um público que não se incomoda de ler o livro na tela de um computador, já que majoritariamente ele tem sido disponibilizado em formato PDF (*Portable Document Format*). (UFRJ – jornal 2)

Ferreira (2010) considera que as definições têm o caráter argumentativo mais explicitado quando há definições variadas, pois “o orador pode fazer escolha por definir apenas as condições suficientes da aplicação de um termo (e não necessariamente as suficientes e necessárias). Em síntese, as definições como argumentos quase lógicos podem conter apenas o que interessa ao orador e podem ser justificadas” (FERREIRA, 2010, p. 155-156). As explicações impedem, portanto, que o leitor não compreenda com qual propósito foi mencionado determinado termo no texto. No caso de ausência de definição, o leitor também pode não compreender totalmente a mensagem por desconhecer o que realmente é determinado termo.

Tabela 17: Função textual-discursiva – Periódicos

	UFRJ		UNICAMP		USP		TOTAL
	N	%	N	%	N	%	
A – Identificação	30	30	40	25	32	30	102
A – Reform. – paráfrase referencial	10	13	28	19	12	13	50
A – Reform. - Correção	01	01	03	01	00	00	04
B – Reform. – paráfrase linguística	17	19	17	12	11	12	45
B – Reform. – Correção	00	00	04	03	00	00	04
C – Avaliação	13	15	18	12	11	12	42
D – Exemplificação	13	15	26	18	13	14	52
D – Particularização	04	07	11	10	15	19	30
D – Generalização	00	00	00	00	00	00	00
Total	88	100	147	100	94	100	329

A partir da análise dos dados obtidos, observa-se, mais uma vez, que há maior diversidade de relações encontradas nas ocorrências dos artigos científicos do que nos textos dos jornais. Mesmo diante desse fato, as funções preferidas nos artigos coincidem com as dos jornais: *identificação*, *exemplificação* e *paráfrase referencial*. Na observação dos dados de cada instituição separadamente, na UFRJ foram observados mais casos de *identificação* (30%), seguidos de casos de *paráfrase linguística* (19%) e de *avaliação* e *exemplificação* (ambos com 15%). Na Unicamp, há, também, mais casos de *identificação* (25%), seguidos de *paráfrase referencial* (19%) e de *exemplificação* (18%). Nos artigos científicos de periódicos da USP, 30% do total das ocorrências são de casos de *identificação*, 19% de *particularização*, 14% de *exemplificação* e 13% de *paráfrase referencial*.

Em artigos científicos, a *identificação* adquire mais o caráter de definição de características de elementos técnicos de uma pesquisa e de termos que fazem parte da terminologia da área, dados referentes a eventos históricos, ou, ainda, nomes de personalidades importantes às quais se referem a pesquisa e que não se enquadram às normas de citação da ABNT.

[14] Assim, estabelecer uma análise que tenha como tema a formação de professores para Anísio significa destacar três momentos da vida pública deste educador, que correspondem a três reformas empreendidas por Anísio: *a proposta, em 1924, como Inspetor Geral de Ensino do estado da Bahia; a de 1932, como Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, e a reforma por ele defendida em 1947 enquanto Secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia.* (UFRJ – jornal 1)

O exemplo mostra a *identificação* e um fato histórico relacionado à educação. O termo fundamental é *três reformas* e o aposto, que está em negrito, expande esse termo indicando a data do acontecimento e qual cargo quem empreendeu as

reformas ocupava nessas datas. A função desse aposto no texto foi o de inicialmente expor os três momentos que foram desenvolvidos posteriormente no texto.

A *exemplificação* foi a função textual-discursiva com a segunda maior frequência e, como já discutido no caso dos jornais, é considerada uma forma de prova que se baseia em fatos, dados e exemplares pertencentes a um grupo maior.

[73] Eles também colocam que, devido a isso, há pesquisas mostrando que os mais pobres aparentam ser os mais saudáveis em alguns países de baixa renda, *como Gana e Costa do Marfim*, pois estas são baseadas em questionários que indagam sobre o estado de saúde de cada um e não em avaliações clínicas ou exames laboratoriais. (USP – periódico 3)

[529] Outro aspecto da contribuição da mídia é o grande reforço que dá aos papéis de esposa-mãe da mulher e a glorificação de algumas mulheres que optaram pela gravidez *como Madona, Claudia Raia, Demi Moore etc.* (UNICAMP – periódico 5)

Nas duas ocorrências acima, os apostos constituem-se exemplificações, que se relacionam com a relação lógico-semântica de *inclusão*. Nesse sentido, são escolhidos elementos que representam uma classe e que conseguem expressar uma informação relevante para o contexto e, também, que essa classe seja reconhecida por quem lê/ouve o texto.

Com uma ocorrência a menos que a *exemplificação*, a *paráfrase referencial* é a terceira função preferida nos artigos científicos. Nesse gênero, foi verificada que essa reformulação é usada, especialmente, com a função de mostrar um ponto de vista diferente sobre determinadas informações da pesquisa que é apresentada ou de pesquisas realizadas por outras pessoas e com visão divergente.

[276] Em um total de 44 intervenções – *o correspondente a aproximadamente 8% dos cortes gerais e 13% dos inseridos dentro do campo da moral* – limpar os palavrões e a linguagem obscena foi também uma forma encontrada pelos governos republicanos de moldar o tipo de homem e de sociedade considerados ideais para o país. (USP – periódico 3)

No exemplo acima, o aposto focaliza os números mostrados no termo fundamental, *44 intervenções*, sob a forma de porcentagem e com relação ao todo da pesquisa que está sendo exposta. Essa focalização é realizada entre pausas, demonstrando, assim, a importância dessa observação ao delimitar o aposto.

A *paráfrase linguística* em artigos científicos tem a função de definir, especialmente, termos técnicos. Essa definição não tem um caráter tão didático

quanto tem em jornais, mas se torna importante para definir termos que coincidem em relação ao léxico, mas têm definições diferentes dependendo da linha de pesquisa adotada em uma mesma área. A argumentação, nesse caso, acontece para que não existam dúvidas quanto ao rigor científico em relação aos termos técnicos utilizados.

[73] Pouco depois foi editado o Patent Act, *conjunto de leis ordinárias que regulamenta a questão*, fortemente influenciado pelo pensamento liberal então em voga. (UFRJ – periódico 3)

Apesar de os periódicos apresentarem textos cujo discurso deve ter, preferencialmente, um tom impessoal, a avaliação também foi identificada em grande parte das ocorrências. Nesse caso, a avaliação é realizada de forma mais sutil, com análises que demonstram o olhar pessoal do autor diante de dados técnicos.

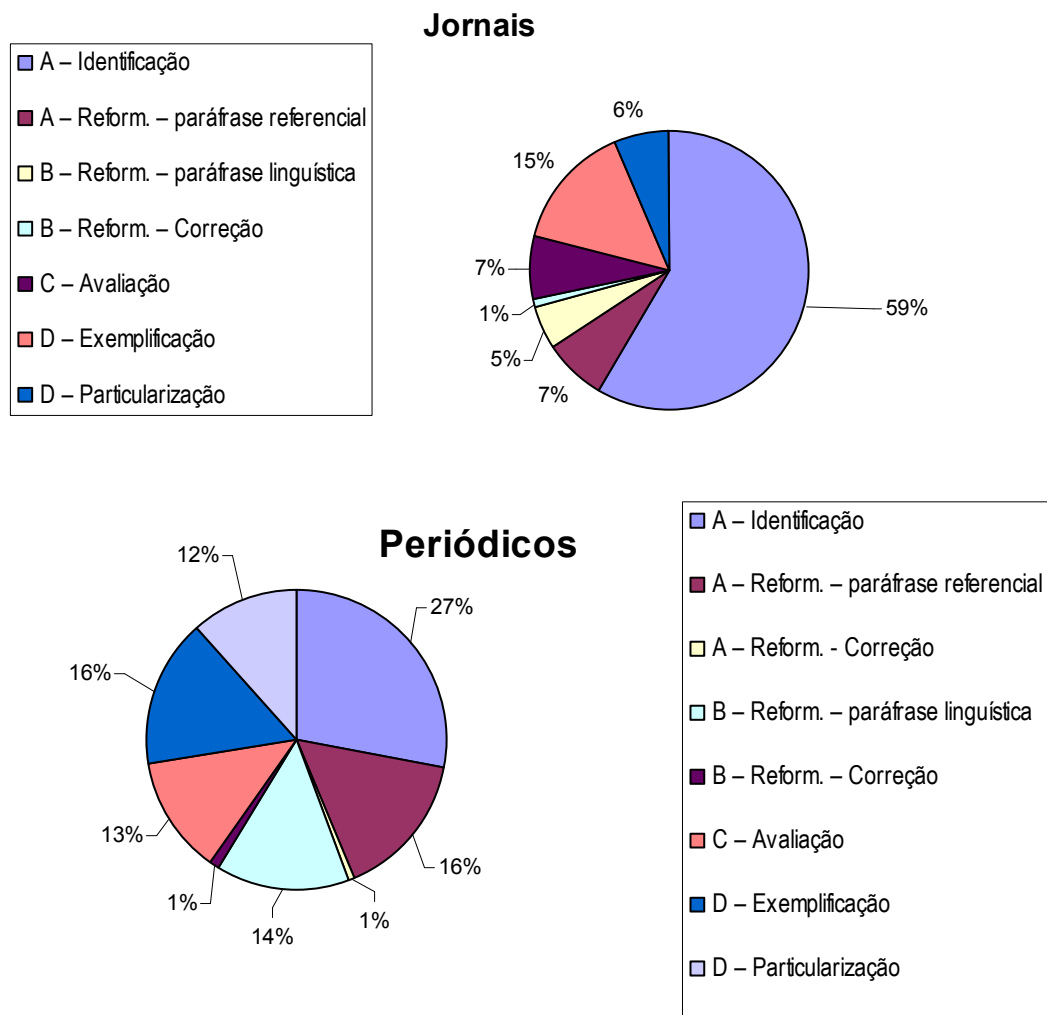
[417] À exceção das regiões metropolitanas de Porto Alegre, *com a taxa mais baixa entre as metrópoles*, e de Curitiba, todas as demais possuem uma proporção de desocupados significativamente superior à média nacional. (UNICAMP – periódico 2)

[510] **Gravidez na adolescência: *Dimensões do problema***. (UNICAMP – periódico 5)

No caso de [417], o autor optou por comentar sobre as *regiões metropolitanas de Porto Alegre*, que têm uma característica negativa diante das demais. Da mesma forma acontece no exemplo [510] que avalia a *gravidez na adolescência* como um problema a ser mensurado; se é um problema é algo negativo. A argumentação é possível por meio de uma avaliação, pois trabalha com o lado emocional. A argumentação é tendenciosa e, de qualquer forma, o propósito é convencer o outro de determinada opinião. Ao rotular determinado aspecto como negativo, o propósito é que determinado aspecto seja visto daquela forma, antes que o interlocutor crie uma imagem positiva. A referenciação, nos casos acima, está justamente em serem escolhidos termos que mostram um ponto de vista do autor.

Os gráficos abaixo mostram em porcentagem o valor total de cada um dos gêneros textuais.

Gráfico 7: Função textual-discursiva – jornais e periódicos



4.2 Perfil do aposto em jornais e periódicos

Após estudar aspectos da construção apositiva sob diferentes parâmetros, resta delinear o perfil de aposto mais utilizado em cada um dos gêneros textuais analisados.

Nos jornais, que publicam os textos jornalísticos de divulgação científica, o aposto encontra-se mais no predicado ou, em termos funcionalistas, no *rema*. O termo fundamental é predominantemente um substantivo concreto e, a respeito do parâmetro *pausa que antecede o aposto*, foi constatado que há mais ausência de pausa, assim como há maior ausência de conectivo. Desconsiderando essa preferência pela ausência de pausa e conectivo, a *vírgula* e os *parênteses* foram os sinais de pontuação com maior número de ocorrências e houve mais frequência dos

conectivos *como* e *ou*. A relação textual-semântica mais identificada foi a *correferência* e a função textual-discursiva foi a *identificação*. Um exemplo do aposto mais utilizado nos jornais é o da ocorrência abaixo.

[106] Essas características despertaram o interesse dos paulistas *Décio Pignatari, Haroldo e Augusto de Campos*, que vieram ao Rio, em 1955, encontrar o poeta carioca. (UFRJ – jornal 4)

Nos periódicos, que publicam os artigos científicos, o aposto foi encontrado com mais frequência no *rema* e o termo fundamental é constituído mais por substantivos concretos. A respeito da pausa, foi constatado que há preferência pelo uso dos parênteses, seguidos pela vírgula e ausência de pausa. No parâmetro *conectivo que antecede o aposto*, a ausência de conectivo foi a que obteve maior regularidade e os conectivos mais utilizados foram *como* e *ou seja*. A relação textual-semântica preferida é a *correferência* e a função textual-discursiva é a *identificação*. Abaixo, há um exemplo de ocorrência com o aposto e as características mais constatadas segundo os critérios estabelecidos nesta pesquisa.

[131] Assim, embora a abstração geométrica já fosse experimentada no país há mais de uma década, é a partir de 1952, em São Paulo, com a exposição *manifesto do Grupo Ruptura* que o concretismo pode ser tomado como movimento. (UFRJ – periódico 4)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar o aposto como um termo multifuncional em artigos científicos e textos jornalísticos de divulgação científica, demonstrando, dessa forma, que não se trata de um termo acessório como consideram as gramáticas tradicionais.

O *corpus* de pesquisa foi constituído por textos dos gêneros artigo científico e textos jornalísticos de divulgação científica, retirados dos periódicos e jornais publicados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade de São Paulo – USP e Universidade de Campinas – Unicamp. Por meio da análise desses textos, verificou-se que a maior parte dos apostos se encontra no predicado e o termo fundamental é, na maior parte das ocorrências, um substantivo concreto. Com relação à presença de pausa entre o fundamental e o aposto, nos textos jornalísticos de divulgação científica na maior parte das ocorrências não há pausa; nos artigos científicos, entretanto, verificou-se maior número de ocorrências com *vírgula*, seguida da preferência por *parênteses* e, o terceiro maior número, ocorrências em que não há presença de pausa. A respeito do conectivo que antecede o aposto, constatou-se nos dois gêneros textuais que houve mais frequência de casos com ausência de conectivo e o mais recorrente e segundo em preferência foi *como*. A relação textual-semântica preferida foi a *correferência* e a função textual-discursiva com maior número de ocorrências foi a *identificação*.

A pesquisa teve como base os pressupostos teóricos do Funcionalismo, cujo propósito é verificar a linguagem como um instrumento que deve ser utilizado para atingir os objetivos das atividades comunicativas. Conforme afirma Antonio (2009), as expressões linguísticas não são estudadas isoladamente, mas segundo os propósitos que exercem no texto. Nesse sentido, forma e função não são estudadas isoladamente.

Independente do gênero textual, a regularidade no uso do aposto comprovou que é um termo multifuncional, pois atua como auxiliar na argumentação e constitui uma forma de referência.

A respeito da argumentação, o aposto não é um termo redundante, uma vez que o foco de cada termo recai sobre algum aspecto diferente, ou seja, por meio do aposto, são utilizadas duas formas diferentes para um mesmo referente. Age como guia do leitor, assim como indica os efeitos de sentido pretendidos pelo locutor. A

construção apositiva, pela sua própria estrutura, demonstra essa ideia de equivalência entre dois sintagmas nominais (SN 1 = SN 2), ou seja, entre o aposto e o fundamental, o que resulta em uma forma sutil de conduzir a um ponto de vista.

Em situações em que os pontos de vista são iguais ou parecidos, os dados escolhidos para a argumentação por meio do aposto serão provavelmente recebidos afirmativamente pelo receptor; nos casos em que esses pontos de vista são divergentes, a seleção adequada dos termos com função argumentativa mantém a defesa das ideias de quem as produz e pode não abrir espaço para objeções ao texto; e nos casos em que quem lê a mensagem não tem opinião alguma, há maior probabilidade de aceitar o ponto de vista daquele que produziu o texto.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a seleção dos dados já indica a intenção argumentativa, cuja característica é ser tendenciosa. Em relação à organização linguística, os autores observam que a própria escolha dos dados e a apresentação de certos elementos já demonstram que o que foi selecionado é relevante para determinado objetivo.

É por meio do epíteto que essa escolha é mais aparente, pois “resulta da seleção visível de uma qualidade que se enfatiza e que deve completar nosso conhecimento do objeto” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 143). A construção do aposto assemelha-se à do epíteto, que é utilizado sem justificção, mas apenas a escolha da qualificação parecerá tendenciosa.

A estratégia de argumentação está intrinsecamente relacionada à estratégia de referenciação, que trata de um processo realizado no discurso, em que os *objetos-de-mundo* são reelaborados de acordo com a intenção de quem produz a mensagem. Esses *objetos-de-mundo* passam a ser *objetos-de-discurso* e demonstram que não existe relação direta entre as palavras e as coisas do mundo. No caso do aposto, essa reconstrução atua como uma “embalagem” ou “empacotamento” nos termos de Chafe (1976 *apud* Pezzati, 2007) que se coloca em um termo, para que a percepção de quem recebe a mensagem seja a mesma de quem a produziu. Além disso, à medida que esses *objetos-de-discurso* são desenvolvidos no texto auxilia na progressão textual, atuando como elemento de coesão.

Se argumentar é uma forma de convencer o outro sobre determinado ponto de vista, relacionar esse tema ao da referenciação está ligado à ideia de escolha dos termos mais adequados para cumprir esse convencimento.

Em textos jornalísticos de divulgação científica, em que há uma assimetria entre os interlocutores (ZAMPONI, 2005), verificou-se que o aposto serve aos propósitos de esclarecer ao público quem eram os participantes na pesquisa, por meio da função textual-discursiva de *identificação*, relativa à relação textual-semântica de *correferência*. Esse fato, explica o grande número de ocorrências em que o termo fundamental é um substantivo concreto e de ausência de pausa entre os termos da construção apositiva.

A ausência de pausa também demonstra o perfil de aposto mais utilizado nos jornais das universidades. Com a segunda porcentagem em números gerais, a pausa mais utilizada e o conectivo preferido, também demonstram a função do aposto no gênero. Nesse caso, a pausa é a vírgula e o conectivo *como*; a primeira isola o aposto da estrutura sintática, dando mais atenção, e o segundo introduz exemplificação e indica co-designação. Nos dois casos, o propósito é tornar o texto mais didático e esclarecer os termos da pesquisa que é divulgada.

Nos artigos científicos foram identificados apostos com o perfil parecido dos encontrados em textos jornalísticos de divulgação científica. A função da construção apositiva nos periódicos, entretanto, é diferente. Em artigos científicos, o termo fundamental é constituído mais por substantivos concretos, mas não muito distante do número obtido com substantivos abstratos, resultado obtido pelas áreas dos artigos, predominantemente de ciências humanas, mas que não tratavam de assuntos que utilizavam tantos conceitos abstratos. Foi constatado, também, que a pausa mais utilizada é os parênteses, em segundo lugar a vírgula e, em seguida, a ausência de pausa. Tanto os parênteses quanto a vírgula foram utilizados para esclarecer termos técnicos, conceitos, regras ou parâmetros de análise, isolando-os em uma porção textual.

A relação textual-semântica preferida é a *correferência* e a função textual-discursiva é a *identificação*.

Nos dois gêneros, o aposto foi mais encontrado no predicado da oração ou, em termos funcionalistas, no *rema*. O aposto seria, então, a garantia que o conhecimento é partilhado com o leitor/ouvinte, uma vez que é no *rema* que as *informações novas* estão situadas.

Por fim, este trabalho é uma contribuição aos estudos linguísticos, pois demonstrou que um tema obliterado pela gramática tradicional tem funções relevantes na produção de sentidos dentro de um texto. Além disso, foi comprovado

que o gênero textual divulgação científica pode apresentar diferentes características, como no caso de parte dos textos que compuseram o *corpus*, no caso, textos jornalísticos de divulgação científica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa: curso único e completo**. 22ª ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1969 (de acordo com a nomenclatura gramatical brasileira).

ANTONIO, Juliano Desiderato. O texto como objeto de estudo na linguística funcional. In.: ____; NAVARRO, Pedro (orgs.). **O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva**. Maringá: Eduem, 2009, p. 61-80.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. ampl. atual. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Editora Lucerna, 2009.

BRANDÃO, Cláudio. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 57-58.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Sobre o programa Qualis**. Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **A questão da referência**: das teorias clássicas à dispersão dos discursos. Campinas: Autores Associados, 2003.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, R. D. O percurso de gramaticalização de por exemplo. In: I SIMELP Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, 2008, São Paulo. **Anais do I SIMELP Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**, 2008.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In.: MARTELOTTA, Mario Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 1ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2009, p. 157-175.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1997, p. 17.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz. A linguagem em uso. In.: _____. (org.). **Introdução à Linguística I**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 165-186.

GOUVEIA, Carlos A. M. **Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional**. Matruga, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to function grammar**. London, Edward Arnold, 1985.

ILARI, Rodolfo & NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português culto falado no Brasil - Classes de palavras e processos de construção**. Vol. 2. Campinas: Editora UNICAMP, 2008, p 48-52.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução a Lingüística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In.: **Referenciação e discurso**. KOCH, I.G.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A. C. (orgs.) São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

KURY, Adriano da Gama. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa do Brasil: nível médio**. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1972.

KURY, Adriano da Gama. **Novas Lições de Análise Sintática**. 9ª ed. 5ª imp. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da língua portuguesa**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática Fundamental da Língua Portuguêsa: para os ginásios e colégios, vestibulares, concursos e para os estudiosos da língua**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MOTTA-ROTH, Désirée; HEBERLE, Viviane M. O conceito de “estrutura potencial do gênero” de Quçayia Hassan. In.: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desiree. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 12-28.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 5ª reimpr. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A gramática funcional**. 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICOLA, J.; INFANTE, U. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**. 15ª ed. São Paulo: Scipione, 1997.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **A oposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil**. (tese) Araraquara: UNESP, 1999.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Maria Ermantina Galvão (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In.: BENTES, Ana Christina; MUSSALIM, Fernanda (orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 3ª ed. vol. 3. São Paulo: Cortez Editora, 2007, p. 165-218.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões gramaticales**. 6ª ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

RIOS, Aline de Oliveira *et al.* Jornalismo científico: o compromisso de divulgar ciência à sociedade - a comunicação entre jornalistas e pesquisadores e a responsabilidade social na disseminação de informações científicas. **Publ. UEPG**

Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, **13** (2) 113-119, dez. 2005.

SEIDE, Márcia Sipavicius. Usos de antropônimos como elementos coesivos. *Fórum Linguístico*, 5 (2): 23-35, Florianópolis, jul. dez., 2008.

SILVA, Divina Aparecida da; ARAUJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: noções fundamentais para formação profissional**. 3ª ed. rev. atual. Brasília: Thesaurus, 1995.

TORRES, Artur de Almeida. **Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa**. 5ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1959.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação da ciência**. Campinas: Autores Associados, 2001.

ZAMPONI, Graziela. Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência. In.: **Referenciação e discurso**. KOCH, I.G.V.; MORATO, E.M.; BENTES, A. C. (orgs.) São Paulo: Contexto, 2005.